



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR
Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos

DECLARAÇÃO AMBIENTAL

PLANO DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA DA ILHA GRACIOSA (POOC Graciosa)

Em cumprimento do disposto no artigo 10º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2001/42/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho de 2001, e a Directiva n.º 2003/35/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio de 2003, foi elaborada a Declaração Ambiental relativa ao Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha Graciosa, a qual se encontra estruturada de acordo com as subalíneas i) a v) da alínea b) do artigo 10º do mencionado diploma. Constituem anexos a esta Declaração Ambiental o Relatório Ambiental (Anexo I) e o Relatório de Ponderação dos Resultados da Discussão Pública do POOC Graciosa (Anexo II).

i) Forma como as considerações ambientais e o relatório ambiental foram integrados no POOC Graciosa

Após aprovação da proposta do POOC Graciosa pela Comissão Mista de Coordenação (CMC), a qual acompanhou os respectivos trabalhos de elaboração, foi colocada em discussão pública a documentação relativa à Fase III do POOC (Proposta de Plano). O Relatório Ambiental inseriu-se nessa fase por constituir um dos elementos para aprovação em resultado da avaliação do modelo de ordenamento proposto e respectivos documentos. Constituiu um exercício prospectivo de Planeamento Ambiental, onde os impactes passíveis de serem previstos no domínio do ambiente foram identificados, tendo-se alargado o seu reconhecimento, sempre que possível, às áreas da socio-economia e da governação.

A aproximação a um Modelo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) prendeu-se com a necessidade crescente de assegurar que as repercussões ambientais de certos planos e programas fossem identificadas e avaliadas anteriormente à sua aprovação e implementação. Assim,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR

Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos

considera-se que foi dado mais um passo significativo no processo de desenvolvimento sustentável, que tem levado à expansão deste instrumento de avaliação a nível internacional.

Procedeu-se à sistematização dos impactes significativos da aplicação da proposta de Plano, nomeadamente ao nível da análise dos impactes territoriais dos usos do solo do modelo de ordenamento previsto para a área de intervenção, à avaliação dos impactes causados pelos projectos definidos para a área de intervenção (conjunto de opções estratégicas) e à AAE com base nos principais descritores ambientais.

O Relatório Ambiental procurou sistematizar e avaliar os impactes dos projectos (estudos, obras, acções e medidas) distribuídos pelos nove programas e sobre os quais poderia influenciar, tendo determinado quais deles tiveram impactes significativos no ambiente.

Mediante os resultados da avaliação, os impactes foram classificados em positivos e negativos em dois níveis distintos, designadamente a avaliação global do programa e a avaliação restrita do projecto, não tendo sido identificados os impactes por acção.

É de salientar que as observações feitas relativamente aos pontos negativos foram tomadas como medidas cautelares e mitigadoras.

Com base na análise realizada, foi possível constatar que o modelo de ordenamento da área de intervenção do POOC Graciosa assenta num conjunto de opções estratégicas com consequências ao nível da gestão dos recursos naturais, definição de usos e no desenvolvimento de medidas que asseguram os padrões correntes de qualidade ambiental.

ii) Observações apresentadas durante a consulta realizada nos termos do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho (e dos artigos 47º e 48º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, de acordo com o Decreto-lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro) e os resultados da respectiva ponderação

Durante o período de Discussão Pública do POOC Graciosa, entre os dias 3 de Dezembro de 2007 e 15 de Janeiro de 2008, estiveram disponíveis na Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR

Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos

nos Serviços de Ambiente da Graciosa, na Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos e no sítio <http://www.azores.gov.pt/portal/pt/temas/cidadao/ambiente>, para consulta dos interessados os seguintes documentos: Regulamento; Planta de Síntese; Planta de Condicionantes; Modelo de Intervenção; Plano de Zonas Balneares; Programa de Execução e Plano de Financiamento; Relatório Ambiental; Resumo Não Técnico; e Fichas de Participação.

As participações resultaram da consulta destes documentos e da sessão pública de esclarecimento, efectuada na Ilha Graciosa a 13 de Dezembro de 2008.

No decorrer do período de discussão pública houve cinco participações, tendo contribuído para o processo de Discussão Pública a Agência para a Promoção do Investimento dos Açores (APIA), que apresentou uma intervenção de carácter diversificado, com o objectivo de incentivar a abertura da Região a novos mercados, a Junta de Freguesia de São Mateus, a Tecnovia – Sociedade de Empreitadas S.A. e dois particulares.

As participações efectuadas abordaram diversas áreas temáticas, designadamente: zonas balneares; exploração de inertes; aterro de resíduos; e infra-estruturas de apoio às actividades agrícolas e florestais.

A principal alteração efectuada no POOC Graciosa, decorrente do processo de Discussão Pública, resultou da participação da APIA e conduziu à alteração do n.º 2 dos artigos 24º e 25º do Regulamento, viabilizando a possibilidade de construção de infra-estruturas de apoio às actividades agrícolas e florestais reconhecidas como imprescindíveis à viabilidade económica dos projectos, desde que os mesmos tenham sido classificados como de Interesse Regional. Da participação da Tecnovia – Sociedade de Empreitadas S.A. resultou a delimitação de uma área de aterro de inertes na planta de síntese e o reajuste da delimitação da Reserva Ecológica na planta de condicionantes.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR

Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos

nm

iii) Resultados das consultas realizadas nos termos do artigo 8º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho

Considerando a área de intervenção do POOC Graciosa, objecto de avaliação ambiental, este Plano não é susceptível de produzir efeitos significativos no ambiente de outro Estado-Membro da União Europeia, pelo que não foi realizada a consulta prevista no artigo 8º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho.

iv) Razões que fundamentaram a aprovação do POOC Graciosa à luz de outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração

O litoral açoriano parece conjugar tendências reactivas e pró-activas. Estas influenciaram a concepção dos cenários de evolução do POOC Graciosa, na Fase II – Estudo Prévio de Ordenamento, tendo por base os pressupostos seguintes: Cenário Reactivo, correspondente à previsão das consequências da execução de soluções territoriais, de medidas e de acções que pretendem contrariar ou eliminar as situações de conflito, em especial as consideradas graves, bem como as situações de risco, e prevenir, numa maior ou menor extensão, o surgimento de novas situações de conflito e de risco; e Cenário Pró-activo, que traduz as consequências previstas da intervenção de uma Administração actuante, protagonista do processo de transformação do território, não se limitando a fiscalizar e a licenciar.

A opção recaiu pelo Cenário Pró-activo, embora mais restritivo em algumas situações, considerando que é aquele que melhor cumpre os objectivos de desenvolvimento sustentado. Ponderaram-se algumas limitações que advêm fundamentalmente do perigo que representa a utilização de alguns locais com sinais visíveis de instabilidade, tendo, no entanto, possibilitado perspectivas de fruição em outros locais. Também os espaços de interesse geológico e os espaços de conservação da natureza foram entendidos como áreas de vivência e fruição no respeito pela prevenção da degradação e delapidação de recursos. Estes espaços apresentarão um grau diferenciado de protecção, cingindo os graus mais elevados a áreas e recursos que já carecem de intervenção.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR

Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos

v) Medidas de controlo previstas em conformidade com o disposto no artigo 11º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho

O sistema de monitorização do POOC Graciosa contempla três momentos distintos do processo de monitorização: antes, durante e após a tomada das medidas contempladas no Plano. Os seus objectivos prendem-se com a aquisição de informação que permita avaliar as alterações ambientais (sistema biofísico e qualidade da água), territoriais (ocupação do solo) e socio-económicas (qualidade de vida) na área de intervenção do Plano. A quantificação dos efeitos (sucesso e eficácia) decorrentes da implementação do POOC Graciosa foi a principal justificação para a elaboração do Plano de Monitorização, com o objectivo de avaliar em que medida vão sendo atingidos os objectivos do mesmo, o seu grau de implementação e de sucesso, de modo a permitir identificar eventuais desvios daqueles objectivos ou da respectiva estratégia, detectar lacunas ou erros das respectivas propostas, ou determinar correcções ao nível das propostas formuladas no Programa de Execução.

Reconhece-se, logo à partida, a complexidade em discriminar todas as causas possíveis para as modificações que poderão ocorrer no funcionamento do ecossistema (factores imprevisíveis), circunstância inerente à própria dinâmica dos ambientes aquáticos (factores de incerteza). Considera-se, no entanto, que um dos aspectos fundamentais da monitorização consiste em colmatar as lacunas de conhecimento, detectadas nas fases de preparação do Plano. Assim, a resposta do sistema (ambiental, territorial e socio-económico) ditará o reajustamento das medidas que se preconizam, sendo esta a noção de flexibilidade do processo de planeamento em curso.

Nesta sequência, o Plano de Monitorização contempla o enquadramento geral das acções de monitorização, a sistematização dos indicadores e a definição de elementos adicionais de auxílio à implementação. A avaliação *ex-post* e *ex-ante* visa permitir a verificação do grau de sustentabilidade do POOC Graciosa, baseado num Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável e parâmetros de referência que possibilitem o progresso de uma avaliação *in continuum* (*on-going evaluation*).

Atendendo à necessidade de sublinhar os indicadores que se consideraram prioritários na avaliação do estado da implementação e sucesso do POOC Graciosa, permitindo deste modo



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR

Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos

adequar o número de indicadores propostos, sob pena do Plano de Monitorização perder operacionalidade, procedeu-se à identificação dos seguintes indicadores-chave:

Sector	INDICADORES		
	Designação do Indicador	Unidades	Periodicidade
AMBIENTAL	Elementos meteorológicos relevantes para a gestão de recursos hídricos	-	Diária
	Agitação marítima	-	-
	Qualidade da Água – Consumo Humano / Recursos hídricos e hidrológicos	-	-
	Qualidade da Água – Zonas Balneares	-	Sazonal a pontual
	Tratamento e destino final dos RSU e efluentes	Número	Anual
	Áreas de degradação paisagística	Número	Anual
	Qualidade Ambiental (Flora e Fauna)	-	Anual
SOCIO-ECONÓMICO	População empregada residente por sector de actividade económica	%	Anual
	Espaços para uso recreativo	ha	Anual
	Qualidade de infra-estruturas e equipamentos	-	Anual
TERRITORIAL	Área em perigo geológico / Evolução da linha de costa	ha	Anual
	Orla costeira artificializada	Metros	Anual
	Zonas balneares classificadas	Número	Anual
	Nível de restrição em espaços de protecção e conservação da natureza	ha	Anual
PROGRAMAS/ PROJECTOS/ PROPOSTAS	Conformidade entre os objectivos gerais do Plano e os resultados obtidos	Objectivos	Bianual
	Conformidade entre os objectivos específicos do Plano e os resultados obtidos	Objectivos	Anual
	Concretização dos Programas propostos no Plano	Programas	Anual
	Concretização dos Projectos propostos no Plano	Projectos	Anual
	Cumprimento do prazo de execução por projecto e por programa	Programas/ Projectos	Anual
	Programas/projectos cujos custos de execução foram ultrapassados por rubrica e montante	Programas/ Projectos	Anual
	Taxa de execução anual do Plano de Financiamento	Ações/ Projectos	Anual

O Plano de Monitorização recomenda, assim, uma campanha de monitorização de dados inicial, preferencialmente antes do início da implementação do POOC Graciosa, de modo a se obter a situação de referência. Deverá ocorrer uma monitorização do tipo “operacional” durante a implementação das medidas do Plano, e até dois anos após o seu término, após a qual se passará à “monitorização de vigilância”, excepto no caso de ocorrência de alteração súbita nos parâmetros analisados.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR

Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos

A avaliação *in continuum* das condições ambientais e socio-económicas da área de intervenção do POOC Graciosa implicam, não só a recolha, tratamento e armazenamento de informação sobre os variados parâmetros, mas também compreendem a integração das disposições do Plano. Assim, e no caso das medidas apresentadas no POOC não se mostrarem eficazes ou se ocorrerem impactes negativos decorrentes da sua implementação, deverá haver um reajuste das medidas a implementar de modo a salvaguardar os interesses e os objectivos preconizados.

Ponta Delgada, 3 de Novembro de 2008.

O Director Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos

José Virgílio de Matos Figueira Cruz



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR

Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos

ANEXO I

POOC
GRACIOSA

FASE IV – VERSÃO FINAL DO PLANO

VOLUME 5. RELATÓRIO AMBIENTAL

PLANO DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA GRACIOSA



Governo dos Açores



SECRETARIA REGIONAL
DO AMBIENTE E DO MAR
GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES



**Gestão Sustentável do Desenvolvimento Social,
Económico e Ecológico das Áreas Litorais da Macaronésia**

Iniciativa Comunitária INTERREG III B 2000-2006

Açores-Madeira-Canárias





FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA

Helena Calado
João Porteiro
Margarida Pereira
Andrea Zita Botelho

COORDENAÇÃO EXTERNA

Fátima Alves

COORDENAÇÃO INTERNA

Susana Lacerda

PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

Carlos Silva

SIG

Pedro Monteiro
António Medeiros

JURISTAS

José Cunha Sendim
António Lorena de Séves

ARQUITECTURA, URBANISMO E PAISAGISMO

Pedro Mora Porteiro
Cláudia Ávila Gomes
Amaldo Raposo

DINÂMICA E DEFESA COSTEIRA

Fernando Veloso Gomes
Francisco Taveira Pinto

BIOLOGIA / ENGENHARIA DO AMBIENTE

Ana Cristina Costa
Maria Ana Dionísio
Nelson Santos
Pedro Rodrigues
Sandra Monteiro
Vera Malhão
Andreia Cunha

GEOCIÊNCIAS

José Pacheco
Rui Coutinho
Nicolau Wallenstein
Adriano Pimentel
Rita Marques
Rui Marques

PLANEAMENTO / GEOGRAFIA

Helena Calado
João Porteiro
Margarida Pereira
Fátima Alves
Andrea Zita Botelho
Susana Lacerda
Adriano Quintela

ECONOMIA

Mário Fortuna
Francisco Silva
Ricardo Cabral

COLABORADORES

Elvira Lameiras Pereira
Bruno Couto Rangel



ÍNDICE

ÍNDICE DE VOLUMES

VOLUME 1. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS	
VOLUME 2. SÍNTESE E MODELO DE INTERVENÇÃO	
VOLUME 3. PLANOS DE ZONAS BALNEARES	
VOLUME 4. PROGRAMA DE EXECUÇÃO E PLANO DE FINANCIAMENTO	
VOLUME 5. RELATÓRIO AMBIENTAL	
VOLUME 6. PLANO DE MONITORIZAÇÃO	
VOLUME 7. RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO PÚBLICA	

ÍNDICE

VOLUME 5 – RELATÓRIO AMBIENTAL

1 – INTRODUÇÃO.....	1
2 – IMPACTES TERRITORIAIS DO MODELO DE INTERVENÇÃO	3
3 – AVALIAÇÃO DE IMPACTES	6
3.1 – Análise global por programa.....	7
3.2 – Análise pormenorizada por projecto	9
4 – AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA.....	22
4.1 – Análise das Matrizes	25
4.2 – Discussão.....	28

ANEXO

Matrizes de Impacte – Avaliação Ambiental Estratégica



RELATÓRIO AMBIENTAL

1. INTRODUÇÃO

O presente Relatório Ambiental (RA), corresponde à formalização da Fase IV (Versão Final do Plano) do Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) da Ilha Graciosa, em conformidade com os conteúdos definidos para as orientações prévias em termos de ordenamento da área de intervenção, com base no cenário de desenvolvimento (Pró-activo) aprovado pela CE e CMC.

Após aprovação pela CE e CMC, foi colocado em discussão pública a documentação relativa à Fase III (Proposta de Plano). O RA insere-se nessa fase por constituir um dos elementos para aprovação em resultado da avaliação do Programa de Execução e do Plano de Financiamento proposto. Constitui um exercício prospectivo de Planeamento Ambiental onde os impactes passíveis de serem previstos no domínio do ambiente são identificados, tendo-se alargado o seu reconhecimento, sempre que possível às áreas da sócio-economia e da governação.

A aproximação a um Modelo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) prende-se com a necessidade crescente de assegurar que as repercussões ambientais de certos planos e programas sejam identificadas e avaliadas anteriormente à sua aprovação e implementação. Assim, é dado mais um passo significativo no processo de desenvolvimento sustentável que tem levado, ao nível internacional, à expansão deste instrumento de avaliação, designado de AAE.

A metodologia geral proposta para o RA do POOC em questão, visa atingir plenamente os objectivos expressos na legislação em vigor sobre esta matéria, particularmente, os consignados no ordenamento jurídico nacional através do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, que transpõe a Directiva n.º 2001/42/CE, de 27 de Junho, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho de 2001.

De facto, a Directiva Comunitária (2001/42/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho de 2001) relativa à Avaliação dos Efeitos de Determinados Planos e Programas no Ambiente, apresenta como objectivo (artigo 1º) o estabelecimento de um elevado nível de protecção do ambiente na preparação e aprovação de planos e programas, com vista a promover um desenvolvimento sustentável. Para tal, visa garantir que determinados planos e programas, susceptíveis de ter efeitos significativos no ambiente, sejam sujeitos a uma avaliação ambiental.



Constitui-se assim como o quadro de referência para os Estados Membros nesta matéria, estabelecendo os princípios gerais do sistema de avaliação ambiental, mas deixando a seu cargo as especificidades processuais.

No entanto o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho remete a AAE dos Instrumentos de Gestão Territorial para a legislação geral de Ordenamento do Território. Como é sabido a esse nível não existem orientações práticas e operacionais de AAE. Contudo, a Equipa do Plano decidiu apresentar a sua aproximação à AAE dos POOC pois no âmbito de aplicação da Directiva são abrangidos os planos que tenham sido preparados para o ordenamento urbano e rural, ou uso dos solos. Consistindo o modelo, a desenvolver, numa estruturação das abordagens de planeamento, análise de processos territoriais relevantes, na vertente da sustentabilidade e nas metodologias de planeamento, investindo nas fases iniciais de concepção e proposta de plano.

← n.º 1.ª fase !

Tendo reunido já algum dos elementos necessários, ao longo da elaboração deste plano, quer na fase que decorre quer nas anteriores, proceder-se-á à sistematização dos impactes significativos da aplicação da Proposta de Plano nomeadamente ao nível da análise dos impactes territoriais dos usos do solo do modelo de ordenamento previsto para a AI, a avaliação dos impactes causados pelos projectos definidos para a AI (conjunto de opções estratégicas) e AAE com base nos principais descritores ambientais.





2. IMPACTES TERRITORIAIS DO MODELO DE INTERVENÇÃO

As diferentes utilizações do solo constituem um factor a analisar enquanto potenciais geradoras de pressões neste recurso e nos sectores que dele dependem, provocando diversos impactes territoriais e ambientais. Deste modo, o ordenamento do território assume elevada importância não só no estabelecimento de limites a recursos do solo, face aos usos que os reclamam, como também na tomada de decisões que contribuam para a sua preservação e utilização sustentável.

Na Ilha Graciosa a Zona Terrestre de Protecção (faixa de 500 m) da Área de Intervenção (AI) corresponde aproximadamente a 1676 ha. Do levantamento realizado na Fase I – Caracterização e Diagnóstico do POOC Graciosa, é possível observar que a AI destina-se na sua maioria à ocupação agrícola (pastagens, vinhas e incultos), em cerca de 23,8 % da área considerada. Por sua vez, as áreas florestais (floresta de produção e matos) ocupam aproximadamente 2,4 % da AI, correspondendo os restantes 7,8 % a áreas edificadas que englobam os espaços urbanos (incluindo infra-estruturas e equipamentos) e industriais.

Em relação à extensão marítima da AI, que engloba a Zona A Marítima, delimitada pela batimétrica dos 30 m, verifica-se que esta corresponde a uma área total de aproximadamente 2095 ha.

Tendo presente que no contexto socio-económico da região se verifica o aumento da pressão urbanística e da expressão da agro-pecuária, no desenvolvimento do Plano foi adoptado o Modelo de Intervenção (MI), resultante das opções tomadas na Fase II – Estudo Prévio de Ordenamento, que suportam a apresentação do Cenário Pró-activo, aprovado pela CE e CMC.

Assim, como descrito na Fase III – Proposta do Plano, Volume 2 – Síntese e Modelo de Intervenção, a AI é dividida em duas zonas. A Zona A delimita um conjunto de áreas (terrestres e marinhas) que pela sua riqueza, importância ou vulnerabilidade deverão ter vocação de uso público com infra-estruturação programada. A Zona B engloba os restantes usos complementares, que asseguram o uso sustentável da orla costeira. As zonas A e B ocupam uma área aproximada de 2193 ha (58,2 % da área total da AI) e 570 ha (15,1 % da área total da AI), respectivamente.

Na Zona A, este modelo traduz-se nas seguintes categorias de espaço:



Zona A Terrestre (com cerca de 1113 ha) inclui: Áreas com Vocação Recreativa; Áreas de Interesse Cultural e Paisagístico; Áreas de Protecção e Conservação da Natureza e Áreas Balneares.

As Áreas com Vocação Recreativa ocupam aproximadamente 103 ha (9,3 % da Zona A Terrestre) e distribuem-se exclusivamente por quatro zonas: Santa Cruz, Arrochela – Trás do Outeiro, Carapacho e Folga – Beira Mar.

As Áreas de Interesse Cultural e Paisagístico ocupam cerca de 344 ha (30,9 % da Zona A Terrestre) encontrando-se distribuídas essencialmente a Noreste, Sul e Sudeste.

As Áreas de Protecção e Conservação da Natureza distribuem-se praticamente por toda a ilha, ao longo de uma estreita faixa na zona costeira, representando cerca de 38 % da Zona A Terrestre (cerca de 423 ha).

As Áreas Vulneráveis, que também integram a Zona A Terrestre, assumem uma expressão muito significativa ao longo de toda a costa. Sobre põe-se quase na totalidade às áreas anteriormente referidas, para além das que não são exclusivas da Zona A. Verifica-se que a sobreposição às várias classes de uso do solo, atingem no total uma área de 672 ha (60,4 % da Zona A Terrestre).

Não foi possível a contabilização da área total das 6 ZB referidas na ilha, por serem preferencialmente assinalados por pontos, dada a posição geográfica que ocupam e a reduzida dimensão à escala de análise.

No que se refere às Áreas de Projecto definidas no âmbito do POOC da Ilha Graciosa, verifica-se que estas correspondem a frentes urbanas litorais, já englobadas em classes de espaço referidas anteriormente, mas que prevêem o desenvolvimento de diversos projectos, nomeadamente:

AP1 – Santa Cruz (com cerca de 37 ha) – prevê a intervenção na frente urbana de Santa Cruz, a determinação de uma área de equipamentos públicos e turísticos, intervenções no Porto de Recreio da Barra e cais do Freire, elaboração dos Planos de Zona Balnear do cais da Barra e de Santa Cruz, criação de percurso pedonal e ciclável entre o Moínho das Fontes e Santa Catarina.

AP2 – Praia (com cerca de 26 ha) - prevê a intervenção na área urbana da Praia, a requalificação da frente urbana da Ermida de N. Srª. da Guia e Arrochela, a recuperação ambiental e paisagística da Arrochela, reabilitação das infra-estruturas portuárias da Praia e elaboração dos Planos de Zona Balnear da Praia.





AP3 – Carapacho (com cerca de 6 ha) – prevê a intervenção na frente urbana do Carapacho, a intervenção na área das terras e envolvente, elaboração dos Planos de Zona Balnear da Piscina e do Porto do Carapacho:

No que diz respeito à Zona A Marítima, verifica-se que esta apenas inclui a Área de Protecção e Conservação da Natureza, ao que corresponde uma área de cerca de 52 % (1080 ha) da extensão marítima da AI.

A área ocupada exclusivamente pela Zona B, corresponde a cerca de 34 % da Zona Terrestre de Protecção, sendo o modelo constituído pelas restantes classes de uso do solo da AI do POOC: Áreas Agrícolas, Áreas Florestais e Áreas Edificadas.

As Áreas Agrícolas correspondem a 70 % (cerca de 399 ha) da área exclusivamente correspondente à Zona B e distribuem-se um pouco por toda a AI. As Áreas Florestais distribuindo-se também um pouco por toda AI, ocupam no total 7 % da Zona B (cerca de 40 ha). Por fim, em relação às Áreas Edificadas, verifica-se que estas assumem uma importante expressão em Santa Cruz e Praia, salvo algumas excepções ao longo da AI, correspondendo a cerca de 23,1 % da Zona B (cerca de 125 ha).

A adopção do Cenário Pró-activo, embora restritivo é o que melhor cumpre os objectivos de desenvolvimento sustentado. Ponderam-se algumas limitações que advêm fundamentalmente do perigo que representa a utilização de alguns locais com sinais visíveis de instabilidade, abrindo perspectivas de fruição em outros locais. Estes espaços apresentam um grau diferenciado de protecção, cingindo os graus mais elevados a áreas e recursos que já carecem de intervenção.

Salientando-se ainda a necessidade de proceder à regulamentação de espaços que por motivos de risco ou de protecção de pessoas e bens, terão que ser sujeitos a restrições de teor mais elevado como os que são incluídos na Zona A.

Verifica-se assim que a programação/concretização de acções definidas permitirão atingir todos os objectivos específicos propostos, garantindo que os impactes territoriais e ambientais do modelo de intervenção sejam positivos.



3. AVALIAÇÃO DE IMPACTES

Procedeu-se à identificação, descrição e avaliação dos eventuais efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação das propostas de intervenção do POOC constantes nas Fichas do Programa de Execução e do Plano de Financiamentos.

Este relatório procura sistematização e avaliação dos impactes dos projectos (estudos, obras, acções e medidas) distribuídos pelos nove Programas e sobre os quais pode surgir influência ou controle, determinando quais deles têm ou podem ter impactes significativos no ambiente.

Mediante os resultados da avaliação, os impactes foram classificados em positivos e negativos em dois níveis distintos, a saber:

- Por programa: avaliação global do programa;
- Por projecto: avaliação restrita do projecto, não sendo identificados os impactes por acção.

É de salientar que as observações feitas relativamente aos pontos negativos devem obrigatoriamente ser tomadas como medidas cautelares e mitigadoras.



3.1 – ANÁLISE GLOBAL POR PROGRAMA

	IMPACTES	
	Positivos	Negativos
Programa 1 – Intervenções em áreas prioritárias	Melhoria das condições de segurança e utilização das infra-estruturas situadas na área de influência das zonas intervencionadas.	Durante a execução das obras poderá produzir-se poluição sonora e atmosférica e, uma vez concluída a obra, podem resultar eventuais impactos visuais de carácter definitivo. Custos de manutenção das obras.
Programa 2 – Prevenir / Mitigar riscos	Melhoria das condições de segurança das populações e das condições de operacionalidade das entidades administrantes. Apoio aos decisores na gestão do ordenamento do território. Melhoria das condições de operacionalidade da Protecção Civil.	Eventual colisão de nova regulamentação com direitos adquiridos.
Programa 3 – Ambiente e Qualidade de Vida	Fomentar a educação ambiental de modo a que a limpeza e preservação de habitats seja uma realidade. Consciencialização e envolvimento da população nos processos de preservação do património natural.	
Programa 4 – Valorização Paisagística	Valorização e preservação do território.	
Programa 5 – Classificação e Valorização das Zonas Balneares	Melhoria das condições existentes para fruição pública das zonas balneares.	
Programa 6 – Desenvolvimento e Actividades Económicas	Este programa contribuirá para a dinamização do sector turístico na ilha Graciosa, bem como, para um maior nível de qualificação profissional dos trabalhadores da referida ilha. Deste modo, esta passará a ser uma ilha mais atractiva em termos turísticos e com recursos humanos mais qualificados e habilitados para responder às actuais necessidades do mercado de trabalho. Os projectos propostos no âmbito da pesca visam evitar a diminuição do peso do sector das pescas na economia da ilha Graciosa. Incremento da indústria do turismo. Promoção do desenvolvimento sustentável, promoção da economia local garantindo a qualidade ambiental.	Aumento da pressão turística.



	IMPACTES	
	Positivos	Negativos
Programa 7 – Infra-estruturas e Equipamentos		
Programa 8 – Gestão, fiscalização, normas e regulamentos	Cumprimento de toda a legislação existente na RAA com manutenção e recuperação do meio ambiente e habitats.	Resistência por parte da população à aplicação das leis e fiscalização das mesmas.
Programa 9 – Monitorização	Dotação de melhores instrumentos de gestão territorial e melhoria das condições de segurança das populações. Possibilitar o desenvolvimento de sistemas de alerta para perigos geológicos. Conhecimento mais profundo acerca das áreas protegidas e fauna e flora nelas existentes. Estudo do sucesso da criação de áreas protegidas.	

Os impactes previstos são significativamente positivos. Na implementação dos diversos Programas e respectivos projectos e acções promove-se claramente a melhoria da qualidade do ambiente, em geral, e das condições de vida das populações locais, em particular. É significativo o impacto ao nível do ordenamento e gestão urbanística através da regulação urbanística dos usos e actividades e ainda ao nível do aumento da atractividade da ilha, de forma a potenciar o desenvolvimento económico local.

Os impactes negativos identificados resumem-se ao domínio da governação uma vez que decorrem, na sua maioria, de legislação nova que possa surgir na sequência de alterações legislativas. O aumento da pressão turística identificada na implementação do Programa 6 (Desenvolvimento e Actividades Económicas) não é significativo, dadas as particularidades da ilha uma vez que a sua dimensão permite um controlo mais eficaz da incidência dessa mesma pressão.



3.2 – ANÁLISE PORMENORIZADA POR PROJECTO

PROGRAMA 1 – Intervenções em áreas prioritárias

	IMPACTES	
	Positivos	Negativos
Projecto 1.1 – Intervenção na frente urbana consolidada de Santa Cruz	Melhoria da imagem urbana de Santa Cruz da Graciosa e da qualidade de vida da população. A implementação do projecto poderá induzir intervenções de conservação do património particular e a dinamização do comércio local.	Não se prevêem impactes negativos com a implementação deste projecto, caso se opte por uma intervenção qualificada.
Projecto 1.2 – Intervenção na frente urbana consolidada da Praia	Melhoria da imagem urbana da Praia e da qualidade de vida da população. A implementação do projecto poderá induzir intervenções de conservação do património particular.	Não se prevêem impactes negativos com a implementação deste projecto, caso se opte por uma intervenção qualificada.
Projecto 1.3 – Requalificação da frente urbana entre a Ermida de Nossa Senhora da Guia e Arrochela	Melhoria da imagem urbana da Praia e da qualidade de vida da população.	Não se prevêem impactes negativos com a implementação deste projecto.
Projecto 1.4 – Intervenção na frente urbana consolidada do Carapacho	Melhoria da imagem urbana do Carapacho e da qualidade de vida da população.	Não se prevêem impactes negativos com a implementação deste projecto, caso se opte por uma intervenção qualificada.
Projecto 1.5 – Área a consolidar – Vitória	Melhoria das condições de segurança e de utilização das infra-estruturas situadas na área de influência da zona intervencionada.	Durante a execução das obras poderá produzir-se poluição sonora e atmosférica e, uma vez concluída a obra, podem resultar eventuais impactes visuais de carácter definitivo. Custos de manutenção das obras.
Projecto 1.6 – Área a consolidar – Porto Afonso	Melhoria das condições de segurança e de utilização das infra-estruturas situadas na área de influência da zona intervencionada. Recuperação de um património com características singulares e melhoria das condições de segurança.	Durante a execução das obras poderá produzir-se poluição sonora e atmosférica e, uma vez concluída a obra, podem resultar eventuais impactes visuais de carácter definitivo. Custos de manutenção das obras.

Com a implementação dos diversos projectos propostos neste Programa destacam-se os impactes positivos no domínio da qualidade ambiental e urbana através do incremento da melhoria da imagem urbana dos pequenos aglomerados costeiros, das condições de higiene e segurança das populações locais e dos utentes das áreas a sujeitar a intervenção.



Foram identificados impactes negativos neste Programa. Contudo, uma análise detalhada mostra que os impactes poderão ocorrer durante a execução das obras previstas antevendo-se a sua anulação no final da construção. Aumento da artificialização de algumas áreas costeiras, caso não se opte por intervenções integradas e mínimas.

PROGRAMA 2 – Prevenir/ Mitigar riscos

	IMPACTES	
	Positivos	Negativos
Projecto 2.1 – Estudos de base relativos à erosão costeira e risco geológico	Apoio aos decisores na gestão do ordenamento do território. Melhor conhecimento dos fenómenos e melhor fundamentação e quantificação das acções preventivas e curativas.	
Projecto 2.2 – Manutenção conjunta das infra-estruturas portuárias e de obras de defesa costeira	A manutenção periódica de infra-estruturas portuárias e de defesa costeira é um imperativo porque dessas intervenções depende a manutenção das condições de acessibilidade à ilha e a segurança de pessoas e bens.	São associáveis às obras: transporte de materiais, potenciais ruídos e libertação de poeiras.
Projecto 2.3 Elaboração de Cartas de Risco	Melhoria das condições de operacionalidade das entidades administrantes. Apoio aos decisores na gestão do ordenamento do território. Melhoria das condições de operacionalidade da Protecção Civil.	
Projecto 2.4 – Estabelecimento do perfil das massas de águas costeiras	Preservação, protecção e melhoria da qualidade do ambiente e de protecção da saúde humana.	
Projecto 2.5 – Melhoria das condições operacionais da Protecção Civil	Melhoria das condições de operacionalidade da Protecção Civil.	

O domínio do ambiente e da governação surgem como as áreas com maiores impactos positivos identificados com a implementação dos Projectos do Programa 2 – Prevenir/ Mitigar Riscos. Esta circunstância decorre da especificidade dos Projectos propostos, uma vez que a sua implementação diminui claramente as situações de risco a que as populações estão expostas, bem como melhora significativamente as condições de operacionalidade das entidades com responsabilidade nesta matéria e aumenta a qualidade ambiental das áreas sujeitas a intervenção.

Não foram identificados impactos negativos associados à implementação destes projectos de relevo uma vez que estão dependentes das obras a efectuar.



PROGRAMA 3 – Ambiente e Qualidade de Vida

	IMPACTES	
	Positivos	Negativos
Projecto 3.1 – Melhorar a cobertura do saneamento básico	Melhoria da qualidade da água. Cumprimento da legislação nacional e comunitária relativa a descargas de águas residuais.	
Projecto 3.2 – Projecto de aterro sanitário, encerramento das lixeiras e recuperação paisagística da envolvente	Melhoria das condições de higiene e segurança na envolvente mais próxima das lixeiras. Melhoria da qualidade dos ecossistemas, de particular importância na lixeira da Ponta do Engrade, que se localiza nas imediações da Ponta da Restinga, uma zona de SIC e ZPE. Melhoria das condições de estabilidade das arribas. Diminuição do impacto visual negativo na paisagem.	A morosidade do processo pode implicar a imposição de intervenções prioritárias, no sentido da mitigação dos principais riscos imediatos para a segurança de pessoas e dos ecossistemas.
Projecto 3.3 – Melhorar a gestão de RSU	Minimizar o impacto ambiental numa perspectiva de análise de ciclo de vida dos produtos. Contribuir para a eco-eficiência das empresas e da sociedade, incentivando a prevenção e a minimização da produção de resíduos. Gerir as infra-estruturas com o mais elevado nível de protecção dos ecossistemas e da saúde pública.	
Projecto 3.4 – Limpeza das zonas costeiras	Melhoria do ambiente, qualidade de vida, saúde pública e paisagem.	
Projecto 3.5 – Preservação de habitats e espécies	Preservação dos habitats naturais mais ameaçados e representados. Preservação, recuperação e manutenção de espécies de fauna e flora selvagens e endémicos. Controlo do crescimento desmedido da população de coelhos e roedores. Promoção de uma actividade lúdica passível de ser explorada como fonte de lazer para a população local e turistas. Diminuição das áreas de vegetação exótica, renaturalização da paisagem. Melhoria do estado de conservação dos habitats naturais e de populações de espécies prioritárias. Redução dos efeitos das invasoras.	Se a caça não for controlada e feita com consciência podem ocorrer problemas de mortalidade excessiva. Risco de acidentes com armas. Descontentamento por parte dos pescadores e mariscadores pelo facto de se verem impedidos de exercer as suas actividades nalguns troços de costa. Riscos de envenenamento de populações animais não alvo. Risco de erosão no período de tempo entre a erradicação de flora invasora e o restabelecimento da nativa.



PROGRAMA 3 – Ambiente e Qualidade de Vida (cont.)

		IMPACTES	
		Positivos	Negativos
Projecto 3.6 – Educação e sensibilização ambiental	e	Maior consciencialização de empresas e população para a problemática do Meio Ambiente. Maior participação da população nas questões ambientais, promovendo a melhor Qualidade Ambiental e consequentemente melhor qualidade de vida. Maior investimento na investigação científica; Melhor conhecimento das potencialidades do meio e dos ecossistemas marinhos. Consciencialização e envolvimento da população nos processos de preservação do património natural. Sensibilização da população para os perigos naturais.	

Os impactes previstos reconhecidos com a implementação dos diversos Projectos do Programa 3 são positivos, distribuindo-se pelo domínio do ambiente e sócio-economia. A execução dos projectos propostos promove significativamente e de um modo geral, a melhoria da qualidade ambiental e potencia benefícios económicos para as populações locais. Prevê-se ainda o aumento do grau de preservação dos habitats naturais da ilha das Flores e do aumento do conhecimento científico dos ecossistemas existentes.

Como impactos negativos a salientar reconhece-se a oportunidade de ocorrência de conflitos durante o desenvolvimento de algumas obras decorrentes da implementação dos projectos e ainda algum descontentamento das populações face a determinadas restrições que poderão surgir à actividade piscatória.





PROGRAMA 4 – Valorização paisagística

	IMPACTES	
	Positivos	Negativos
Projecto 4.1 – Classificação e qualificação de locais de interesse geológico, biológico e paisagístico	Recuperação e preservação de locais de interesse geológico, biológico e paisagístico, que de outro modo permaneceriam esquecidos e por isso mais vulneráveis a possíveis danos ambientais ou provocados pelo Homem, tal como acontece na Ponta da Restinga. Aumento da potencialidade de recreio e turismo da zona, numa óptica de educação ambiental. Valorização e preservação do território.	Caso a oferta turística não se faça com regras bem definidas e fiscalização adequada poderá causar distúrbios aos ecossistemas, mais graves na Ponta da Restinga e Ponta Branca, integrados em SIC e ZPE.
Projecto 4.2 – Planos de recuperação paisagística e gestão das indústrias extractivas (Arrochela, Quintadouro)	Melhoria das condições de segurança de pessoas e bens na Praia e na estrada que percorre a rocha do Quintadouro. Melhoria da qualidade dos ecossistemas. Diminuição do impacto visual, sonoro e na qualidade do ar e da água.	A morosidade do processo pode implicar a imposição de intervenções prioritárias, no sentido da mitigação dos principais riscos imediatos para a segurança de pessoas e bens e dos ecossistemas.
Projecto 4.3 – Recuperação ambiental e paisagística da Arrochela	Melhoria da imagem urbana da Praia e da qualidade de vida da população. Compatibilização dos usos associados ao porto com a existência de uma zona de extracção de inertes.	Não se prevêem impactes negativos com a implementação deste projecto.
Projecto 4.4 – Recuperação/requalificação paisagística ou de reconversão	Diminuição da poluição hídrica, pedológica e visual. Diminuição de riscos para a saúde pública.	

Todos os Projectos apresentam impactes positivos previsíveis. Assume particular destaque a valorização e preservação do território e a melhoria das condições de seguranças das populações. A diminuição da poluição hídrica, pedológica e visual é outro dos impactos positivos com importância acrescida para a saúde das populações.

Foram identificados impactes negativos ao nível ambiental caso não se estabeleçam regras e fiscalização adequada nas áreas classificadas como SIC e ZPE. É considerado negativo o impacto dos planos de recuperação paisagística e gestão das indústrias extractivas (Arrochela, Quintadouro), caso se verifique uma morosidade na sua definição e implementação.



PROGRAMA 5 – Intervenções em Zonas Balneares

	IMPACTES	
	Positivos	Negativos
Projecto 5.1 – Plano da Zona Balnear do Cais da Barra (ZB1)	Melhoria das condições de utilização da zona balnear.	Não se prevêem impactes negativos.
Projecto 5.2 – Plano da Zona Balnear de Santa Cruz (ZB2)	Melhoria das condições de utilização da zona balnear.	Não se prevêem impactes negativos.
Projecto 5.3 – Plano da Zona Balnear do Barro Vermelho (ZB3)	Melhoria das condições de utilização da zona balnear.	Não se prevêem impactes negativos.
Projecto 5.4 – Plano da Zona Balnear do Porto de Carapacho (ZB4)	Melhoria das condições de utilização da zona balnear.	Não se prevêem impactes negativos.
Projecto 5.5 – Plano da Zona Balnear da Piscina do Carapacho (ZB5)	Melhoria das condições de utilização da zona balnear.	Não se prevêem impactes negativos.
Projecto 5.6 – Plano da Zona Balnear da Praia (ZB6)	Melhoria das condições de utilização da zona balnear.	Não se prevêem impactes negativos. No entanto, deve ser analisada a proposta de construção do cais acostável a Sul no sentido de avaliar o impacto que esta infra-estrutura terá na retenção do areal.

Foram identificados impactes positivos na maioria dos Projectos. Promoção significativa da melhoria da qualidade de vida da população em consequência da melhoria das condições de utilização das zonas balneares e do aumento das zonas de recreio e lazer.

Apenas foi identificado com possível impacto negativo o Projecto do Plano da Zona Balnear da Praia pela eventual retenção do areal que possa advir da infra-estrutura proposta do cais acostável a Sul.



PROGRAMA 6 – Desenvolvimento e Actividades Económicas

	IMPACTES	
	Positivos	Negativos
Projecto 6.1 – Introdução de práticas agrícolas ambientalmente sustentáveis	Fomento de uma actividade económica emergente para a qual a ilha parece ser particularmente vocacionada. Melhoria da qualidade de vida dos habitantes por introdução no mercado local de produtos agrícolas saudáveis e de produção local, diminuindo a dependência da ilha de produtos vindos do exterior, enriquecendo e melhorando a dieta da população local; Melhoria da saúde pública por redução de contaminantes do solo e das águas (redução da poluição difusa); Aumento do conhecimento económico de uma actividade tradicional aumentando as mais valias do produto final por introdução de práticas "verdes".	Resistência por parte dos agricultores à alteração das suas rotinas e hábitos.
Projecto 6.2 – Valorização da produção vitivinícola tradicional	A valorização da actividade vitivinícola pode resultar numa mais valia para o turismo na ilha Graciosa.	
Projecto 6.3 – Reconversão da parte da frota inactiva para a actividade marítimo-turística	Sendo o turismo um importante promotor do desenvolvimento económico na ilha Graciosa, este projecto de diversificação da oferta turística da ilha Graciosa poderá ter um efeito bastante positivo na atractividade turística desta ilha. Aumento da competitividade das empresas que efectuem percursos turísticos e transportes de pessoas e bens.	Aumento da perturbação de avifauna nas falésias e ilhéus em consequência do aumento do tráfego marítimo em torno destes.



PROGRAMA 6 – Desenvolvimento e Actividades Económicas (cont.)

	IMPACTES	
	Positivos	Negativos
Projecto 6.4 – Promoção do turismo de natureza e rural	Incremento da indústria do turismo. Diminuição da sazonalidade da actividade turística; maior estabilidade do emprego associado à actividade turística; melhor distribuição do fluxo de visitantes de um território no espaço e no tempo; melhor qualidade dos serviços prestados; divulgação e valorização dos produtos de uma região; divulgação e valorização da ilha; maior ligação entre a actividade agrícola e a actividade turística; diversificação da oferta turística; dinamização do seu tecido económico, com especial incidência em pequenas e médias empresas locais; divulgação e sensibilização da população residente e dos visitantes para a preservação dos valores naturais. Desenvolvimento e regulação das actividades marítimo-turísticas, com impactos positivos na diversidade da oferta turística.	Aumento da pressão turística. Incremento das visitas a locais sensíveis e utilização de zonas naturais classificadas.
Projecto 6.5 – Promoção de actividades artesanais		
Projecto 6.6 – Diversificação da utilização de zonas balneares	Diversificação da utilização das zonas costeiras. Aproveitamento de um edifício já existente no Carapacho. Revitalização e valorização do turismo na ilha Graciosa.	Obras de construção que podem perturbar aquela faixa de zona costeira.
Projecto 6.7– Promoção de produtos turísticos	A diversificação da oferta turística através da aposta em produtos turísticos que confirmem mais valias poderá constituir uma forma de compensar algumas debilidades do sector turístico nesta ilha como por exemplo, reduzido tempo de estada e a reduzida taxa de ocupação na hotelaria tradicional.	
Projecto 6.8 – Incentivar a animação turística	As acções de animação turística, devido à sua notoriedade, poderão contribuir para o crescimento do sector turístico na ilha Graciosa.	



PROGRAMA 6 – Desenvolvimento e Actividades Económicas (cont.)

	IMPACTES	
	Positivos	Negativos
Projecto 6.9 – Promoção como destino ou escala para a náutica de recreio	Este projecto poderá contribuir para o aumento do número de turistas estrangeiros que visitam a ilha Graciosa dado que o principal objectivo do mesmo é a divulgação desta ilha como destino turístico.	
Projecto 6.10 – Requalificação da área de lazer do Cabeço da Caldeira da Senhora da Ajuda	Melhoria das condições de fruição de zonas de lazer de lazer já existentes e usadas pela população e de pontos turísticos importantes.	Não se prevêem impactes negativos com este projecto. A erradicação de infestantes terá de ser feita de modo faseado e acompanhada pela plantação de vegetação endémica ou naturalizada para que não se agravem os problemas de erosão existentes.
Projecto 6.11 – Qualificação da área de potencial paisagístico e recreativo de Lagoa	Recuperação e preservação de locais de interesse cultural paisagístico, que de outro modo permaneceriam esquecidos e por isso mais vulneráveis a possíveis danos ambientais ou provocados pelo Homem. Aumento da potencialidade de recreio e turismo da zona.	Não se prevêem impactes negativos com a implementação deste projecto.
Projecto 6.12 – Recuperação e valorização dos currais de vinha	Recuperação e valorização de uma paisagem cultural de elevada qualidade. Diversificação das actividades agrícolas. Alia-se a conservação das actividades agrícolas à conservação da natureza e da paisagem cultural e ao desenvolvimento económico e turístico sustentado.	Não se prevêem impactes negativos com este projecto. A sua execução poderá ser faseada devido aos elevados custos implicados.
Projecto 6.13 – Exploração do potencial paisagístico do Porto Afonso para aproveitamento turístico	Melhoria das condições de fruição de um pontos turísticos importantes pela singularidade do aproveitamento pelo Homem das condições naturais do lugar, através da diminuição dos riscos geológicos, recuperação das infra-estruturas existentes e criação de zona de lazer. Ampliação da vocação pedagógica com construção de núcleo museológico que promove a dignificação da actividade piscatória tradicional.	Esta intervenção terá de ser faseada em função dos riscos geológicos presentes, e dos riscos minorados como resultado da própria intervenção.



Os impactos positivos identificados decorrem da implementação dos projectos e incidem na sua maioria no domínio da sócio-economia. Estes projectos potenciam a diversidade turística, a melhoria das condições de visitação e ainda o aumento da competitividade empresarial local, em particular as actividades ligadas ao sector turístico.

São poucos os projectos onde se perspectiva a ocorrência de impactos negativos. Os impactos são, na sua maioria, no domínio do ambiente cuja significância não é relevante uma vez que são temporários em decorrência do início da implementação das diversas acções. Reconhece-se também, a eventual resistência das populações como factor negativo a considerar devido à necessidade de alterar rotinas e hábitos.

PROGRAMA 7 – Infra-estruturas e Equipamentos

	IMPACTES	
	Positivos	Negativos
Projecto 7.1 – Ampliação e recuperação da rede viária municipal e regional	O melhoramento das acessibilidades desta ilha poderá contribuir para o aumento da circulação de pessoas e para um maior dinamismo económico e social da referida ilha. Melhoria das condições de circulação e de segurança rodoviária.	Incómodos causados pelas obras.
Projecto 7.2 – Beneficiação e reforço das infra-estruturas de apoio à pesca	Este projecto poderá contribuir positivamente para o desenvolvimento do sector das pescas na ilha Graciosa, um sector que, aliás, detém um peso muito reduzido relativamente à Região Autónoma dos Açores.	
Projecto 7.3 – Recuperação e requalificação de equipamentos destinados à prática da actividade piscatória	Promove uma maior dinamização do sector das pescas na ilha Graciosa. Poderá aumentar o peso do sector das pescas na economia da ilha. Aumento das condições de operacionalidade das actividades piscatórias.	Associáveis a obras: transporte de materiais, ruídos, formação de poeiras e de perturbação temporária das actividades.
Projecto 7.4 – Cais do Freire	Manutenção de uma infra-estrutura portuária com um uso útil para a população.	Não se prevêem impactos negativos com a implementação deste projecto.
Projecto 7.5 – Porto de Recreio da Barra – Estudo de Impacte Ambiental	Minimizar os impactos negativos da construção de uma infra-estrutura pesada.	Possibilidade de adiar a concretização da construção do Porto de Recreio.



PROGRAMA 7 – Infra-estruturas e Equipamentos (cont.)

	IMPACTES	
	Positivos	Negativos
Projecto 7.6 – Infra-estruturas portuárias da Praia	Melhoria da imagem urbana da Praia e da qualidade de vida da população. Melhores condições de funcionamento do porto de pesca e do porto comercial.	Não se prevêem impactos negativos com a implementação deste projecto.
Projecto 7.7 – Área de equipamentos públicos e turísticos – Ponta da Pesqueira	Enquadramento da gestão urbanística na Ponta da Pesqueira. Introdução de regras e parâmetros urbanísticos numa zona não infra-estruturada e com vocação para implantação de equipamentos.	A especulação imobiliária pode aumentar, caso não sejam implementados mecanismos de controlo dos preços e de transacção do solo. Incremento de intenções especulativas de construção que visam antecipar a concretização do projecto.
Projecto 7.8 – Criação do percurso pedonal e ciclável entre o Moinho da Fontes e Santa Catarina	Melhoria e diversificação dos espaços de usufruto do litoral por parte da população e dos turistas.	Não se prevêem impactos negativos com este projecto, caso se opte por uma intervenção adequada e integrada.
Projecto 7.9 – Intervenção na área das Termas do Carapacho e envolvente	Melhoria das condições de fruição e de acesso às zonas de lazer usadas pela população	Não se prevêem impactos negativos com este projecto.
Projecto 7.10 – Plano de requalificação e manutenção da rede de portos	Aumento das condições de segurança e de operacionalidade.	Associáveis a obras: transporte de materiais, ruídos, formação de poeiras.
Projecto 7.11 – Qualificação do Porto e farol da Folga	Melhoria das condições de operacionalidade de uma infra-estrutura piscatória	Os inerentes a uma intervenção de construção civil com o transporte de materiais e a produção de ruídos e poeiras durante a intervenção.

Foram identificados Projectos com impactos positivos com predomínio na área do ambiente e economia. As acções previstas melhoram significativamente a qualidade de vida das populações, tendo por base as múltiplas obras de valorização e requalificação dos espaços público e ainda, das intervenções propostas de incremento das actividades locais (sector agrícola e da pesca). A valorização do espaço público costeiro é seguramente outro vector a salientar com impacto positivo previsto.

Os impactos negativos foram identificados, de um modo geral, em quase todos os Projectos. Os impactos previstos são predominantemente de alterações das condições existentes (morfologia do terreno, alteração de usos do solo,



abertura de uma frente urbana oceânica). Parte dos impactes negativos identificados poderão ocorrer caso não sejam observadas medidas de minimização desses mesmos impactes e relacionam-se maioritariamente com o período de execução das obras, sendo estes temporários e reversíveis.

PROGRAMA 8 – Gestão, fiscalização, normas e regulamentos

	IMPACTES	
	Positivos	Negativos
Projecto 8.1 – Adequar a legislação existente à realidade da RAA, no que respeita a riscos geológicos	Melhoria das condições de segurança das populações. Apoio aos decisores na gestão do ordenamento do território. Melhoria de qualidade ambiental da linha de costa e massas de água adjacente.	Eventual colisão de nova regulamentação com direitos adquiridos.
Projecto 8.2 – Manutenção de uma base de dados de apoio à gestão do DPH	Registo da localização e características do tipo de actividade ou imóvel presente no domínio público hídrico.	
Projecto 8.3 – Implementação de um modelo de gestão ambiental participativa dos recursos e valorização da componente biológica	Melhoria da qualidade ambiental.	Atrasos na aplicação de medidas de protecção.
Projecto 8.4 – Fiscalização do cumprimento das disposições legais	Reforço da fiscalização. Apoio aos decisores na gestão do ordenamento do território. Diminuição de actividades delecterias ilegais nas áreas protegidas; melhoria da integridade de habitats e das espécies marinhas exploradas.	Possibilidade de resistência e incompreensão por parte da população.

Fortes impactes positivos no domínio da governação no que se refere ao apoio à tomada de decisão na área do ordenamento e gestão do território, incluindo o cumprimento do normativo existente (fiscalização). Na área social realça-se a melhoria significativa das condições de segurança das populações.

Os impactes negativos podem ser sintetizados no domínio da governação pois foram identificados como previsíveis os conflitos decorrentes de nova legislação.



PROGRAMA 9 – Monitorização

	IMPACTES	
	Positivos	Negativos
Projecto 9.1 – Monitorizar os impactes das alterações normativas e legislativas	Refinamento da legislação. Verificar o sucesso da legislação; Possibilidade de "afinar" a legislação de modo a ser mais eficiente	
Projecto 9.2 – Monitorização do recuo da linha de costa	Apoio aos decisores na gestão do ordenamento do território. Melhoria da segurança da população e bens.	
Projecto 9.3 – Monitorização da estabilidade das arribas Costeiras	Apoio aos decisores na gestão do ordenamento do território. Melhoria da segurança da população e bens.	
Projecto 9.4 – Monitorização da sismicidade registada na ilha Graciosa	Melhoria da rede de vigilância sísmica dos Açores. Melhoria das condições operacionais da Protecção Civil.	
Projecto 9.5 – Monitorização de elementos meteorológicos relevantes para a gestão dos recursos hídricos	Melhoramento da gestão dos recursos hídricos e hidrológicos.	
Programa 9.6 – Monitorização dos recursos hídricos e hidrológicos	Apoio aos decisores na gestão do ordenamento do território e de recursos hídricos.	
Programa 9.7 – Monitorização ambiental das áreas protegidas	Melhoria da eficácia das medidas de protecção ambiental nas áreas protegidas e fora das mesmas. Detecção de ameaças e problemas, levantamento de acções prioritárias para a sua gestão.	

Em todos os projectos foram reconhecidos impactes positivos no domínio social e da governação. Destacam-se os relativos a apoiar a tomada de decisão na área do ordenamento e gestão do território e ainda a melhoria da segurança das populações e bens.

Não foram identificados impactes negativos associados aos projectos.

4. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

A metodologia de base à avaliação em causa baseia-se na adopção do modelo proposto na Figura 1, que à semelhança do proposto por outros autores, se baseia no carácter participativo e na estruturação da análise. Não serão utilizadas metodologias complexas mas sim métodos expeditos.

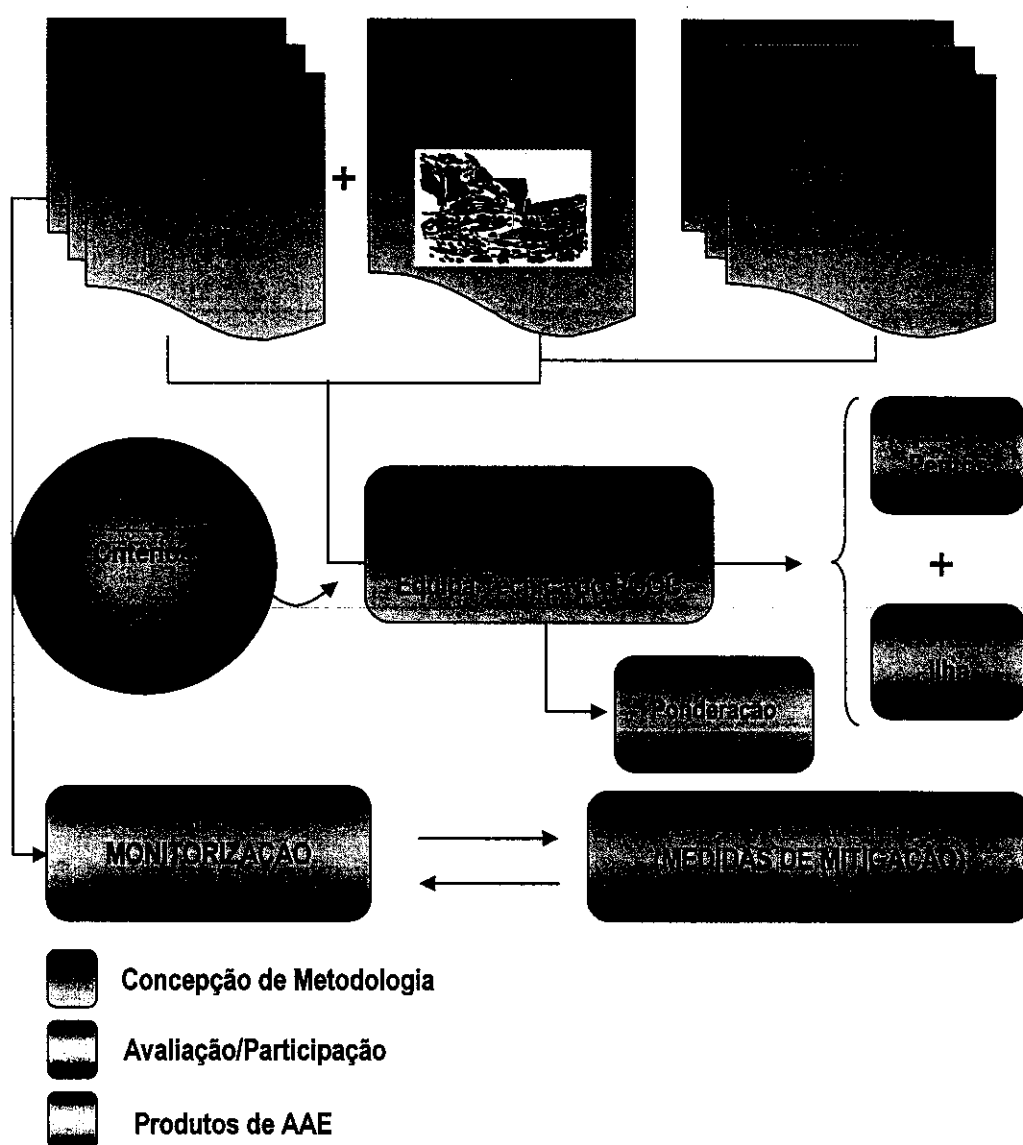


Figura 1. Modelo de Avaliação Ambiental Estratégica do POOC da Graciosa.



Os componentes do modelo estruturam-se em Fase de Concepção Metodológica, Fase de Avaliação e Produtos de AAE e são os seguintes:

Indicadores Chave – Apresentados na Fase II, possibilitaram a determinação do cenário a adoptar, constituindo também o cume do sistema de monitorização com base nas retroacções pretendidas. São:

- População empregada residente por sector de actividade económica;
- Tratamento e destino final dos RSU e efluentes;
- Áreas de degradação paisagística;
- Nível de restrição em espaços de protecção e conservação da natureza;
- Área em perigo geológico;
- Orla costeira artificializada;
- Zonas balneares classificadas;
- Espaços para uso recreativo.

Modelo Territorial – representa, de forma georeferenciada, o zonamento pretendido para os usos e vocações preferenciais da Área de Intervenção (AI), dividida em duas zonas. A Zona A delimita um conjunto de áreas (terrestres e marinhas) que pela sua riqueza, importância ou vulnerabilidade deverão ter vocação de uso público com infra-estruturação programada. A Zona B engloba os restantes usos complementares, que asseguram o uso sustentável da orla costeira.

Objectivos Específicos – definidos pela Equipa do Plano e cumulativos aos Objectivos Gerais definidos na primeira fase, são os seguintes:

- Definir critérios de prevenção para áreas de risco geológico;
- Preservar o património natural e em especial os recursos marinhos;
- Qualificar as zonas de paisagem com interesse geológico;
- Estruturar condições de fruição e utilização de áreas com potencial paisagístico e de áreas de cultura tradicional de vinha;
- Requalificar as áreas afectas a zonas balneares;
- Fomentar a requalificação dos núcleos urbanos integrados nas áreas de projecto;
- Promover o reforço de proximidade geográfica e da identidade local com as restantes ilhas do grupo central do arquipélago dos Açores;



- Qualificar e recuperar locais de degradação paisagística decorrente da exploração de massas minerais;
- Propor medidas de mitigação de impactos específicos decorrentes da gestão de resíduos sólidos urbanos, nomeadamente pela procura de novas alternativas no sistema de gestão de resíduos;
- Promover o empreendedorismo e a oferta de serviços;
- Promover soluções para os conflitos de usos existentes na fruição do Porto da Praia.

Critérios e Ponderação – estes dois elementos representam a estruturação da análise a efectuar. Baseiam-se na terminologia empregue usualmente em AIA (magnitude, carácter de reversibilidade e sentido dos impactes), matrizes de avaliação e nas metodologias de compatibilidade e coerência a construir.

Participação – Os elementos constituintes da participação e avaliação são: um grupo de Peritos a designar pela Comissão Executiva (CE) e Equipa do Plano, salvaguardando a independência da avaliação; os Fóruns de Ilha, neste momento em constituição e que pretendem representar as populações e os movimentos associativos locais.

Produtos de AAE – Estes constituem a materialização do processo de AAE: o relatório que apresenta as conclusões ponderadas da avaliação/participação; a proposta de medidas de mitigação para os impactos detectados e, o plano de monitorização que será implementado no decorrer da execução do POOC permitindo mecanismos de *feed-back* e o estabelecimento de novas medidas mitigadoras, se o sentido ou magnitude dos impactes se alterar.

O desenvolvimento desta metodologia pressupõe a estruturação dos critérios de análise e modelo de ponderação da avaliação sob a forma de uma Matriz de Impactes (em Anexo). É efectuada uma avaliação dos programas e projectos definidos no Programa de Execução e Financiamento do Plano, em relação: ao cumprimento dos objectivos propostos; à evolução dos indicadores; ao seu impacte nos domínios ou categorias ambientais, de acordo com a Directiva 2001/42/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho de 2007.

Os domínios /categorias ambientais são os seguintes: Biodiversidade, Fauna, Flora, População, Saúde Humana, Solo, Água, Atmosfera, Factores Climáticos, Bens Materiais, Património Cultural e Paisagem.

Para proceder ao preenchimento das Matrizes de Impactes, foi formado um painel de avaliação interdisciplinar, constituído por peritos de diversas áreas específicas, nomeadamente: Geologia; Conservação da Natureza; Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental; Economia. Para além destes, pela operacionalização do fórum de ilha, foram identificados alguns elementos representativos da população local.



4.1 – AVALIAÇÃO DAS MATRIZES

Da análise realizada pelos peritos, no seu conjunto, verifica-se que os Programas propostos permitirão o cumprimento dos objectivos específicos do POOC, completa ou parcialmente.

Desta avaliação apenas se destacam os valores que traduzem o não cumprimento da totalidade dos objectivos relativamente ao Programa 7 (Infra-estruturas e Equipamentos), nomeadamente: “Mitigação do risco geológico e propostas de intervenção em áreas prioritárias”, “Defender a preservação do património natural e em especial dos recursos marinhos”, “Qualificar as zonas de paisagem com interesse geológico”, “Definir condições de fruição e utilização de áreas com potencial paisagístico e de áreas de cultura de vinha”.

Apesar desta classificação, atribuída pelos peritos nas áreas de conservação da natureza, verifica-se que o cumprimento desses mesmos objectivos será garantido pelos restantes programas, não constituindo por isso um impacto significativo para o ambiente. A salientar ainda que a sua concretização irá viabilizar o desenvolvimento socio-económico e promover a qualidade de vida da população.

O modo como se espera que os indicadores evoluam, em relação a cada um dos programas/projectos foi analisado pelos peritos. Desta análise é possível observar que na sua maioria sofrerão uma evolução positiva, o que se traduz numa melhoria significativa dos principais aspectos reflectidos na elaboração do plano.

No Programa 1 (Intervenções em áreas prioritárias) verifica-se claramente esta tendência, à excepção dos projectos 1.5 (Área a Consolidar – Zona Balnear da Vitória) e 1.6 (Área a Consolidar – Porto Afonso), que de acordo com alguns dos peritos da área da conservação, pode provocar a evolução negativa do indicador “Nível de restrição em espaços de protecção e conservação da natureza”. O projecto 1.5 (Área a Consolidar – Zona Balnear da Vitória) apresenta segundo os mesmos peritos uma evolução negativa ao nível do indicador “Orla Costeira artificializada” dado que aumenta a sua expressão e consequentemente o impacto, sendo potencialmente prejudicial na preservação das condições naturais.

Também o Programa 2 (Prevenir / Mitigar riscos) tende a uma evolução positiva dos indicadores, à excepção dos anteriormente referidos, quando analisados numa perspectiva conservacionista. Contudo, esta evolução traduz-se num melhoramento das condições ambientais e de segurança das populações e estabilidade do edificado, devendo o balanço e a consequente decisão ser uma opção da Administração.



Para o Programa 3 (Ambiente e Qualidade de Vida) apenas se aponta a evolução negativa do indicador “Espaços para uso recreativo” relativamente ao projecto 3.5 (Preservação de habitats e espécies).

No Programa 4 (Valorização paisagística) os peritos de conservação apontam para uma evolução positiva dos indicadores, à excepção do “Nível de restrição em espaços de protecção e conservação da natureza”, uma vez que a concretização do projecto 4.2 (Planos de recuperação paisagística e gestão das indústrias extractivas - Arrochela, Quitadouro) aponta para a redução dos rendimentos provenientes da exploração de recursos naturais.

De acordo com todos os peritos, a execução do Programa 5 (Intervenções em Zonas Balneares) permitirá a manutenção ou evolução positiva dos indicadores relevantes do plano, considerando-se por isso adequado.

Os projectos do Programa 6 (Desenvolvimento e Actividades Económicas) permitem, na sua maioria uma evolução positiva de todos os indicadores, à excepção do “Nível de restrição em espaços de protecção e conservação da natureza”, com maior representatividade ao nível dos projectos destinados ao turismo, numa perspectiva conservacionista. Também o indicador “Áreas de degradação paisagística” apresenta uma evolução negativa, representando a melhoria das condições ambientais existentes com os projectos a executar.

Relativamente ao Programa 7 (Infra-estruturas e Equipamentos) salientam-se alguns dos indicadores com evolução negativa, mas que se traduz na melhoria dos espaços como é o caso do indicador “Áreas de degradação paisagística”. Verifica-se ainda que este programa terá impactes sobre os indicadores “Nível de restrição em espaços de protecção e conservação da natureza” pela pressão que poderá exercer e “Orla costeira artificializada” porque aumentará a sua expressão.

O Programa 8 (Gestão, fiscalização, normas e regulamentos) apresenta uma evolução positiva de todos os indicadores, salvo no que se refere a “População empregada residente por sector de actividade económica” relativamente ao projecto 8.7 (Ordenamento das actividades ligadas à indústria extractiva), podendo ser registado uma diminuição de efectivos de acordo com a execução do projecto.

De acordo com todos os peritos, a execução do Programa 9 (Monitorização) permitirá a manutenção ou evolução positiva dos indicadores relevantes do plano, considerando-se por isso adequada a sua execução.

Analisando o impacte que os programas têm ao nível dos domínios anteriormente referidos, é possível observar, numa perspectiva conservacionista, que no que concerne ao Programa 1 (Intervenções em áreas prioritárias) alguns



dos projectos causarão impacte negativo nos seguintes domínios: biodiversidade, fauna, flora e água. Contudo, numa primeira instância, será beneficiada a população e bens materiais, já que aumentará as condições de segurança.

Em relação ao Programa 2 (Prevenir / Mitigar riscos), não são identificados pelos peritos quaisquer impactes negativos.

Quanto ao Programa 3 (Ambiente e Qualidade de Vida) verifica-se ainda, relativamente ao projecto 3.5 (Preservação dos habitats e espécies) que o domínio “população” poderá sofrer um impacte negativo, uma vez que exigirá uma mudança de hábitos e atitudes por parte da comunidade em questão.

Verifica-se que no Programa 4 (Valorização paisagística) também não são identificados pelos peritos quaisquer impactes negativos.

Analisando o impacte dos Programas 5 (Intervenções em Zonas Balneares), 6 (Desenvolvimento e Actividades Económicas) e 7 (Infra-estruturas e Equipamentos), verifica-se sob uma perspectiva conservacionista, que a maioria dos projectos que se destinam à exploração turística têm um impacte negativo em quase todos os domínios biofísicos considerados: biodiversidade, fauna, flora, solo, água e paisagem. Contudo há a necessidade de salientar que, sob o ponto de vista economicista e de desenvolvimento local, se verifica uma classificação positiva para os mesmos projectos.

No Programa 8 (Gestão, fiscalização, normas e regulamentos), sob o ponto de vista da conservação, verifica-se que os projectos 8.2 (Manutenção de uma base de dados de apoio à gestão do DPH), 8.3 (Implementação de um modelo de gestão ambiental participada dos recursos e valorização da componente biológica) e 8.7 (Ordenamento das actividades ligadas à indústria extractiva) promoverão uma evolução relativamente ao domínio “bens materiais”, porque irá condicionar a sua expansão e assegurar o uso adequado com base nos requisitos legais e nas características biofísicas locais.

De um modo geral, todos os peritos prevêem um impacte positivo causado pela implementação dos projectos do Programa 9 (Monitorização), sem excepção.



4.2 – DISCUSSÃO

Com base na análise realizada anteriormente, é possível constatar que o modelo de ordenamento da área de intervenção assenta num conjunto de opções estratégicas com consequências ao nível da gestão dos recursos naturais, definição de usos e no desenvolvimento de medidas que assegurem os padrões correntes de qualidade ambiental.

Os impactes da estratégia ambiental prosseguida pelo POOC podem ser qualificados e quantificados a diferentes níveis em função da sua própria natureza. Do modelo proposto ressaltam fundamentalmente as seguintes medidas: A protecção e valorização de áreas com especial interesse ambiental e dos recursos naturais, promovendo a sua utilização sustentável com base num modelo diversificado destinado ao usufruto da população residente e sazonal, na área de intervenção; A minimização e prevenção de situações de risco; Desenvolvimento de actividades económicas ambientalmente sustentáveis e; A divulgação, a sensibilização, a educação ambiental e a participação dos diferentes agentes de desenvolvimento local.

A concretização destas medidas é visível em muitas das apostas estratégicas contempladas no Plano, onde é possível destacar: Propostas de intervenção que visam de qualificação do território, especialmente através de medidas que visam o reforço da qualidade ambiental (por exemplo, o saneamento básico e tratamento dos RSU); Delimitação das áreas fundamentais para a sustentabilidade da orla costeira, identificando os sistemas indispensáveis à utilização sustentável do território, apostando na afectação de novas áreas com especial interesse ambiental a regimes de gestão específicos (Zona A); Redução de situações de risco criando condicionantes à construção, identificação de áreas críticas, propostas de requalificação e de valorização, acções de monitorização, eliminação de situações de risco potencial, através da proposta de redefinição das áreas urbanas programadas pelos PMOT em DH ou em zonas ameaçadas por riscos naturais); Requalificação e ordenamento de usos e de equipamentos potenciadores da utilização dos recursos presentes, através da definição de regras de utilização (construção, acessos, infra-estruturas, etc.) e de propostas de requalificação e intervenção em equipamentos com funções específicas da orla costeira (zonas balneares, circuitos pedestres, entre outras) e; Desenvolvimento de um plano de monitorização, que permita acompanhar e prever os impactes e a eficácia das acções mitigadoras do impacto.

A análise e avaliação das opções estratégicas sistematizada em torno dos principais eixos estruturantes objectivos do Plano, nomeadamente condições estruturais físicas intrínsecas, ecologia e ambiente; urbanização e edificação; vocações e dimensão cultural específica, infra-estruturas e estruturas diferenciadas, permitem avaliar as implicações

1183 / 2008

ANEXO

Matrizes Impacte Avaliação Estratégica Ambiental

Plano de Ordenamento da Orla Costeira – Graciosa

LITOSOST

Tabela 1. Lista de programas e projectos proposta pelo POOC.

Programas	Projecto	Descrição
P1. Intervenções em áreas prioritárias	1.1	Intervenção na frente urbana consolidada de Santa Cruz
	1.2	Intervenção na frente urbana consolidada da Praia
	1.3	Requalificação da frente urbana entre a Ermida de Nossa Senhora da Guia e a Arrochela
	1.4	Intervenção na frente urbana consolidada do Carapacho
	1.5	Área a Consolidar – Vitória
	1.6	Área a Consolidar – Porto Afonso
P2. Prevenir / Mitigar riscos	2.1	Estudos de base relativos à erosão costeira e risco geológico
	2.2	Manutenção conjunta das infra-estruturas portuárias e de obras de defesa costeira
	2.3	Elaboração de cartas de risco
	2.4	Estabelecimento do perfil das massas de águas costeiras
	2.5	Melhoria das condições operacionais da Protecção Civil
P3. Ambiente e Qualidade de Vida	3.1	Melhorar a cobertura do saneamento básico
	3.2	Projecto de aterro sanitário, encerramento das lixeiras e recuperação paisagística da envolvente
	3.3	Melhorar a gestão de RSU
	3.4	Limpeza das zonas costeiras
	3.5	Preservação de habitats e espécies
	3.6	Educação e sensibilização ambiental
P4. Valorização paisagística	4.1	Classificação e qualificação de locais de interesse geológico/biológico
	4.2	Planos de recuperação paisagística e gestão das indústrias extractivas (Arrochela, Quitadouro)
	4.3	Recuperação ambiental e paisagística da Arrochela
	4.4	Recuperação/requalificação paisagística ou de reconversão
P5. Intervenções em Zonas Balneares	5.1	Plano da Zona Balnear do Cais da Barra (ZB1)
	5.2	Plano da Zona Balnear de Santa Cruz (ZB2)
	5.3	Plano da Zona Balnear do Barro Vermelho (ZB3)
	5.4	Plano da Zona Balnear do Porto do Carapacho (ZB4)
	5.5	Plano da Zona Balnear da Piscina do Carapacho (ZB5)
	5.6	Plano da Zona Balnear da Praia (ZB6)
P6. Desenvolvimento e Actividades Económicas	6.1	Introdução de práticas agrícolas ambientalmente sustentáveis
	6.2	Valorização da produção vitivinícola tradicional
	6.3	Reconversão de parte frota inactiva para a actividade marítimo-turística
	6.4	Promoção do turismo de natureza e rural
	6.5	Promoção de actividades artesanais
	6.6	Diversificação da utilização de zonas balneares
	6.7	Promoção de produtos turísticos
	6.8	Incentivar a animação turística
	6.9	Promoção como destino ou escala para a náutica de recreio
	6.10	Requalificação da área de lazer do Cabeço da Caldeira da Senhora da Ajuda
	6.11	Qualificação da área de potencial paisagístico e recreativo de Lagoa
	6.12	Recuperação e valorização dos currais de vinha
	6.13	Exploração do potencial paisagístico do Porto Afonso para aproveitamento turístico

(cont.)

Tabela 1. Lista de programas e projectos proposta pelo POOC (cont.)

Programas	Projecto	Descrição
P7. Infra-estruturas e Equipamentos	7.1	Ampliação e recuperação da rede viária municipal e regional
	7.2	Beneficiação e reforço das infra-estruturas de apoio à pesca
	7.3	Recuperação e requalificação de equipamentos destinados à prática da actividade piscatória
	7.4	Cais do Freire
	7.5	Porto de recreio da Barra – Estudo de Impacto ambiental
	7.6	Infra-estruturas portuárias da Praia
	7.7	Área de equipamentos públicos e turísticos – Ponta da Pesqueira
	7.8	Criação de percurso pedonal e ciclável entre o Moinho das Fontes e Santa Catarina
	7.9	Intervenção na área das Termas do Carapacho e envolvente
	7.10	Plano de requalificação e manutenção da rede de portos
	7.11	Qualificação do porto e farol da Folga
P8. Gestão, fiscalização, normas e regulamentos	8.1	Adequar a legislação existente à realidade da RAA, no que respeita a riscos geológicos
	8.2	Manutenção de uma base de dados de apoio à gestão do DPH
	8.3	Implementação de um modelo de gestão ambiental participada dos recursos e valorização da componente biológica
	8.4	Fiscalização do cumprimento das disposições legais
P9. Monitorização	9.1	Monitorizar os impactos decorrentes das alterações normativas e legislativas
	9.2	Monitorização do recuo da orla costeira
	9.3	Monitorização da estabilidade das areias costeiras
	9.4	Monitorização da sismicidade registada na Ilha Graciosa
	9.5	Monitorização de elementos meteorológicos relevantes para a gestão de recursos hídricos
	9.6	Monitorização dos recursos hídricos e hidrológicos
	9.7	Monitorização ambiental das áreas protegidas



ANEXO

Matrizes de Impacte – Avaliação Ambiental Estratégica



das medidas de ordenamento propostas, em especial nas que mais directamente incidem sobre a protecção e valorização e exploração de recursos e nas políticas urbanas.

A conclusão permite a opção clara pelo apoio à estratégia subjacente ao Modelo de Intervenção do POOC, pese embora alguns detalhes que necessitarão de medidas mitigadoras desenvolvidas no âmbito dos Planos de Acção Específicos. No entanto, cumprido o primeiro passo significativo (identificação dos impactes negativos) as medidas serão sumariamente identificadas.

Ainda nesta fase será apresentado o Plano de Monitorização do POOC, após introdução das últimas alterações. Este deve servir sobretudo para alertar para um tipo de impactes ainda não identificados: os que decorrem da deficiente ou inexistente implementação dos Planos.

Tabela 2. Matriz de Impactes Programas versus Objectivos específicos - Graciosa.

Objectivos específicos* do POOC	Programas								
	P 1	P 2	P 3	P 4	P 5	P 6	P 7	P 8	P 9
Definir critérios de prevenção para áreas de risco geológico									
Preservar o património natural e em especial os recursos marinhos									
Qualificar as zonas de paisagem com interesse geológico									
Estruturar condições de fruição e utilização de áreas com potencial paisagístico e de áreas de cultura tradicional de vinha									
Requalificar as áreas afectas a zonas balneares									
Fomentar a requalificação dos núcleos urbanos integrados nas áreas de projecto									
Promover o reforço de proximidade geográfica e da identidade local com as restantes ilhas do grupo central do arquipélago dos Açores									
Qualificar e recuperar locais de degradação paisagística decorrente da exploração de massas minerais									
Propor medidas de mitigação de impactos específicos decorrentes da gestão de resíduos sólidos urbanos, nomeadamente pela procura de novas alternativas no sistema gestão de resíduos									
Promover o empreendedorismo e a oferta de serviços									
Promover soluções para os conflitos de usos existentes na fruição do Porto da Praia									

*Objectivos específicos descritos na Fase II.

Legenda

1. Completamente cumprido
2. Parcialmente cumprido
3. Não tem significado para o cumprimento do objectivo
4. Parcialmente anulado
5. Totalmente anulado

Tabela 3. Matriz de Impactos Projectos versus Indicadores - Graciosa.

Programas POOC	Programa 1							Programa 2					Programa 3				
	Intervenções em áreas prioritárias							Prevenir / Mitigar riscos					Ambiente e Qualidade de Vida				
	1.1	1.2	1.3	1.4	1.5	1.6	2.1	2.2	2.3	2.4	2.5	3.1	3.2	3.3	3.4	3.5	3.6
Indicadores Fase II																	
População residente empregada por sector de actividade económica																	
Tratamento e destino final de RSU e efluentes																	
Áreas de degradação paisagística																	
Nível de restrição em espaços de protecção e conservação da natureza																	
Áreas em perigo geológico																	
Ora costeira artificializada																	
Zonas balneares classificadas																	
Espacos para uso recreativo																	

*Indicadores descritos no Anexo I (Fase II)

Legenda

A tabela deve ler-se: "O Programa X terá com que o Indicador Y tenha uma Evolução :

1. Positiva significativa
2. Positiva
3. Sem significado
4. Negativa
5. Negativa significativa

Tabela 3. Matriz de Impactos Projectos versus Indicadores - Graciosa (cont.)

Programas POOC	Programa 4					Programa 5						Programa 6												
	Valorização paisagística					Intervenções em Zonas Balneares						Desenvolvimento e Actividades Económicas												
	4.1	4.2	4.3	4.4		5.1	5.2	5.3	5.4	5.5	5.6	6.1	6.2	6.3	6.4	6.5	6.6	6.7	6.8	6.9	6.10	6.11	6.12	6.13
Indicadores Fase II																								
População residente empregada por sector da actividade económica																								
Tratamento e destino final de RSU e efluentes																								
Áreas de degradação paisagística																								
Nível de restrição em espaços de protecção e conservação da natureza																								
Áreas em perigo geológico																								
Ora costeira artificializada																								
Zonas balneares classificadas																								
Espacos para uso recreativo																								

*Indicadores descritos no Anexo I (Fase II)

Legenda

A tabela deve ler-se: "O Programa X terá com que o indicador Y tenha uma evolução:

1. Positiva significativa
2. Positiva
3. Sem significado
4. Negativa
5. Negativa significativa

Tabela 3. Matriz de impactos Projectos versus Indicadores - Gradosa (cont.)

Programas POOC	Programa 7										Programa 8				Programa 9						
	Infra-estruturas e Equipamentos										Obras, Equipamentos, serviços e regulamentação				Monitorização						
	7.1	7.2	7.3	7.4	7.5	7.6	7.7	7.8	7.9	7.10	8.1	8.2	8.3	8.4	9.1	9.2	9.3	9.4	9.5	9.6	9.7
Indicadores Fase II																					
População residente empregada por sector da actividade económica																					
Tratamento e destino final de RSU e efluentes																					
Áreas de degradação paisagística																					
Nível de restrição em espaços de protecção e conservação da natureza																					
Áreas em perigo geológico																					
Orla costeira artificializada																					
Zonas balneares classificadas																					
Espacos para uso recreativo																					

*Indicadores descritos no Anexo I (Fase II)

Legenda

A tabela deve ler-se: "O Programa X faz com que o Indicador Y tenha uma Evolução :

1. Positiva significativa
2. Positiva
3. Sem significado
4. Negativa
5. Negativa significativa

Tabela 4. Matriz de impactos Projectos versus Domínios (Directiva 2001/74/CE) - Graciosa.

Programas POOC	Programa 1								Programa 2					Programa 3				
	Intervenções em áreas prioritárias								Prevenir / Mitigar riscos					Ambiente e Qualidade de Vida				
	1.1	1.2	1.3	1.4	1.5	1.6	2.1	2.2	2.3	2.4	2.5	3.1	3.2	3.3	3.4	3.5	3.6	
Domínios																		
Biodiversidade																		
Fauna																		
Flora																		
População																		
Saúde Humana																		
Solo																		
Água																		
Atmosfera																		
Factores Climáticos																		
Bens Materiais																		
Património Cultural																		
Paisagem																		

Legenda

A tabela deve ler-se: "O Programa X tem um impacto ao nível do Domínio Y: "

1. Positiva irreversível
2. Positiva reversível
3. Sem Impacto
4. Negativa reversível
5. Negativa irreversível

Tabela 4. Matriz de Impactes Projectos versus Dominios (Directiva 2001/742/CE) - Gradosa (cont.)

Programas POOC	Programa 4										Programa 5										Programa 6												
	Valorização paisagística					Intervenções em Zonas Balneares					Desenvolvimento e Actividades Económicas																						
	4.1	4.2	4.3	4.4		5.1	5.2	5.3	5.4	5.5	5.6	6.1	6.2	6.3	6.4	6.5	6.6	6.7	6.8	6.9	6.10	6.11	6.12	6.13									
Dominios																																	
Biodiversidade																																	
Fauna																																	
Flora																																	
População																																	
Saúde Humana																																	
Solo																																	
Água																																	
Atmosfera																																	
Factores Climáticos																																	
Bens Materiais																																	
Património Cultural																																	
Paisagem																																	

Legenda

A tabela deve ler-se: O Programa X tem um impacto ao nível do Dominio Y:

1. Positiva irreversível
2. Positiva reversível
3. Sem Impacto
4. Negativa reversível
5. Negativa irreversível

Tabela 4. Matriz de Impactes Projectos versus Dominios (Directiva 2001/42/CE) - Graciosa (cont.)

Programas POOC	Programa 7										Programa 8					Programa 9						
	Infra-estruturas e Equipamentos										Qualidade Ambiental, recursos e regulamentação					Monitorização						
	7.1	7.2	7.3	7.4	7.5	7.6	7.7	7.8	7.9	7.10	8.1	8.2	8.3	8.4	9.1	9.2	9.3	9.4	9.5	9.6	9.7	
Dominios																						
Biodiversidade																						
Fauna																						
Flora																						
População																						
Saúde Humana																						
Solo																						
Água																						
Atmosfera																						
Fatores Climáticos																						
Bens Materiais																						
Património Cultural																						
Paisagem																						

Legenda

A tabela deve ler-se: "O Programa X tem um impacto ao nível do Dominio Y:

1. Positiva Irreversível
2. Positiva reversível
3. Sem Impacto
4. Negativa reversível
5. Negativa Irreversível



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR

Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos

ANEXO II



FASE IV – VERSÃO FINAL DO PLANO

VOLUME 7. RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO E APTIDÃO PARA A

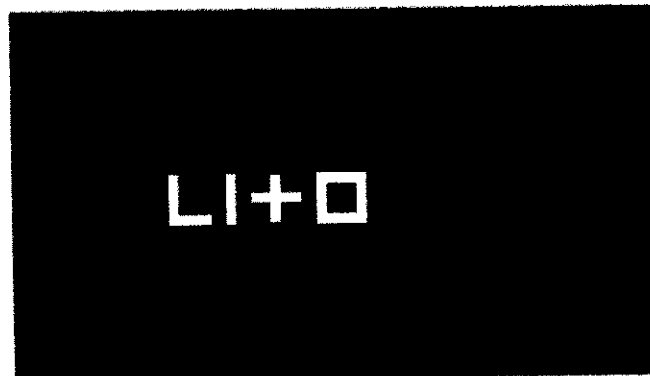
PLANO DE ORDENAMENTO DA BARRAGEM COSTEIRA GRACIOSA



Governo dos Açores



SECRETARIA REGIONAL
DO AMBIENTE E DO MAR
GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES



Gestão Sustentável do Desenvolvimento Social, Económico e Ecológico das Áreas Litorais da Macaronésia

Iniciativa Comunitária INTERREG III B 2000-2006

Açores-Madeira-Canárias





FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA

Helena Calado
João Porteiro
Margarida Pereira
Andrea Zita Botelho

COORDENAÇÃO EXTERNA

Fátima Alves

COORDENAÇÃO INTERNA

Susana Lacerda

PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

Carlos Silva

SIG

Pedro Monteiro
António Medeiros

JURISTAS

José Cunhal Sendim
António Lorena de Séves

ARQUITECTURA, URBANISMO E PAISAGISMO

Pedro Mora Porteiro
Cláudia Ávila Gomes
Arnaldo Raposo

DINÂMICA E DEFESA COSTEIRA

Fernando Veloso Gomes
Francisco Taveira Pinto

BIOLOGIA / ENGENHARIA DO AMBIENTE

Ana Cristina Costa
Maria Ana Dionísio
Nelson Santos
Pedro Rodrigues
Sandra Monteiro
Vera Malhão
Andreia Cunha

GEOCIÊNCIAS

José Pacheco
Rui Coutinho
Nicolau Wallenstein
Adriano Pimentel
Rita Marques
Rui Marques

PLANEAMENTO / GEOGRAFIA

Helena Calado
João Porteiro
Margarida Pereira
Fátima Alves
Andrea Zita Botelho
Susana Lacerda
Adriano Quintela

ECONOMIA

Mário Fortuna
Francisco Silva
Ricardo Cabral

COLABORADORES

Elvira Lameiras Pereira
Bruno Couto Rangel



ÍNDICE

ÍNDICE DE VOLUMES

VOLUME 1. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS	
VOLUME 2. SÍNTESE E MODELO DE INTERVENÇÃO	
VOLUME 3. PLANOS DE ZONAS BALNEARES	
VOLUME 4. PROGRAMA DE EXECUÇÃO E PLANO DE FINANCIAMENTO	
VOLUME 5. RELATÓRIO AMBIENTAL	
VOLUME 6. PLANO DE MONITORIZAÇÃO	
VOLUME 7. RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO PÚBLICA	

ÍNDICE

VOLUME 7 – RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

1 – INTRODUÇÃO.....	1
2 – FASEAMENTO DO PLANO.....	3
3 – CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA.....	5
3.1 – Metodologia.....	5
3.2 – Faseamento	10
3.2.1 – Identificação e contactos com os actores locais.....	11
3.2.2 – Fórum do Litoral I	13
3.2.3 – Fórum do Litoral II	16
3.3 – Conclusão	20
4 – DISCUSSÃO PÚBLICA: Participações	21
5 – PONDERAÇÃO DAS SUGESTÕES / RECLAMAÇÕES.....	22
6 – SÍNTESE DAS ALTERAÇÕES REALIZADAS AO PLANO	24



ANEXO

Lista de participantes no processo de Discussão Pública



RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório cumpre os requisitos estipulados no contrato de elaboração do Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) da Ilha Graciosa e na proposta metodológica elaborada pela Equipa do Plano. O seu principal objectivo reside na descrição do processo de Participação Pública, com ênfase para a fase de Discussão Pública.

Os elementos constituintes do POOC Graciosa estiveram em Discussão Pública no período de 3 de Dezembro de 2007 a 15 de Janeiro de 2008, podendo ser consultados nos seguintes locais:

- Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa;
- Serviços de Ambiente da Graciosa;
- Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos.

Para além destes locais, a Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos (DROTRH) disponibilizou na Internet (<http://www.pooc.org>; <http://www.azores.gov.pt/portal/pt/temas/cidadao/ambiente>) os seguintes elementos do Plano:

- Regulamento;
- Planta de Síntese;
- Planta de Condicionantes;
- Modelo de Intervenção;
- Plano de Zona Balnear;
- Programa de Execução e Plano de Financiamento;
- Relatório Ambiental;
- Resumo Não Técnico;
- Fichas de Participação.



O presente relatório encontra-se estruturado em seis capítulos. No capítulo 1 é realizada a introdução ao tema e define-se o conteúdo dos capítulos que dão corpo ao presente relatório. No capítulo 2, são apresentadas as diversas fases do POOC. No capítulo 3 descreve-se a metodologia utilizada e abordam-se os documentos utilizados para a Participação Pública. Identificam-se os participantes no processo. No capítulo 4 dá-se ênfase à Discussão Pública, onde é realizada uma sistematização e análise das participações apresentadas abordando-se a ponderação. No capítulo 5 ponderam-se as sugestões/reclamações, descrevendo-se a sua relevância no sentido de serem incorporadas no POOC. No capítulo 6 efectua-se uma síntese de todas as alterações efectuadas no Plano.





2. FASEAMENTO DO PLANO

A elaboração do POOC desenvolveu-se ao longo de quatro fases distintas, mas complementares entre si, designadamente:

- **1ª Fase** – Caracterização e Diagnóstico;
- **2ª Fase** – Estudo Prévio de Ordenamento;
- **3ª Fase** – Proposta de Plano;
- **4ª Fase** – Versão Final do Plano.

Na primeira fase dos trabalhos, os estudos de caracterização tiveram por finalidade promover o conhecimento aprofundado da área de intervenção, em diversos domínios de análise, nomeadamente:

- enquadramento territorial;
- caracterização jurídica;
- caracterização biofísica (clima, geologia, recursos hídricos e hidrologia, dinâmica costeira, erosão costeira e risco geológico, ecologia, qualidade do ambiente, exploração de recursos, e paisagem);
- caracterização socio-económica e territorial (demografia, actividades económicas, núcleos urbanos, património construído e arqueológico, infra-estruturas portuárias e obras de defesa costeira, zonas balneares e usos do solo);
- análise e avaliação dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT);
- análise das políticas sectoriais.

A realização do diagnóstico inserido ainda Fase I dos trabalhos de elaboração do Plano, permitiram consubstanciar a integração dos diferentes domínios de caracterização sectorial, tendo-se elaborado uma síntese das principais ameaças e oportunidades por domínios estratégicos. Esta abordagem constituiu a base de partida para a definição das orientações estratégicas de desenvolvimento do Plano.



Na Fase II, intitulada Estudo Prévio de Ordenamento, apresentou-se os princípios específicos de orientação do Plano. Foram estabelecidos cenários, apoiados nos objectivos pré-estabelecidos, nas estratégias de desenvolvimento diferenciadas e nas interações com os actores do território. Da avaliação comparada dos cenários foi adoptado o Cenário Pró-Activo, que traduz as consequências previstas da intervenção de uma Administração actuante, protagonista do processo de transformação do território.

Na Fase III, designada de Proposta de Plano, foram apresentadas a Proposta de Ordenamento composta pelos Elementos Fundamentais e Elementos Complementares do Plano, cuja revisão, em função dos comentários da Comissão Executiva (CE) e da Comissão Mista de Coordenação (CMC), permitiu passar à Fase IV e última do POOC Graciosa.



3. CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

3.1 – METODOLOGIA

A importância que é dada ao papel da Participação Pública neste plano é evidenciada pelo facto de, para além dos processos de Participação Pública previstos nos termos da lei, ter sido considerada na metodologia geral de elaboração do Plano, a constituição de Fóruns do Litoral na ilha. A configuração destes Fóruns previu que o seu funcionamento ocorresse de acordo com a metodologia de uma Agenda XXI Local, permitindo um processo participativo e integrador dos vários interesses da comunidade.

No caso presente do Plano de Ordenamento da Orla Costeira da ilha Graciosa, e como consequência da mais valia dada à Participação Pública neste Plano, esteve presente em 3 das 4 Fases da elaboração do Plano, com tarefas e metodologias distintas, de acordo com os objectivos que se pretendiam atingir e seguindo o esquema proposto para a elaboração do Plano (Figura 1).

Foram também desenvolvidas acções complementares para combater uma eventual adesão diminuta dos actores locais ao processo de Participação Pública. Neste sentido foi criado, em permanência, no sítio da Internet dedicado aos Planos de Ordenamento (www.pooc.org), uma Plataforma Web, exclusivamente dedicada à Participação Pública estruturada em duas partes distintas.

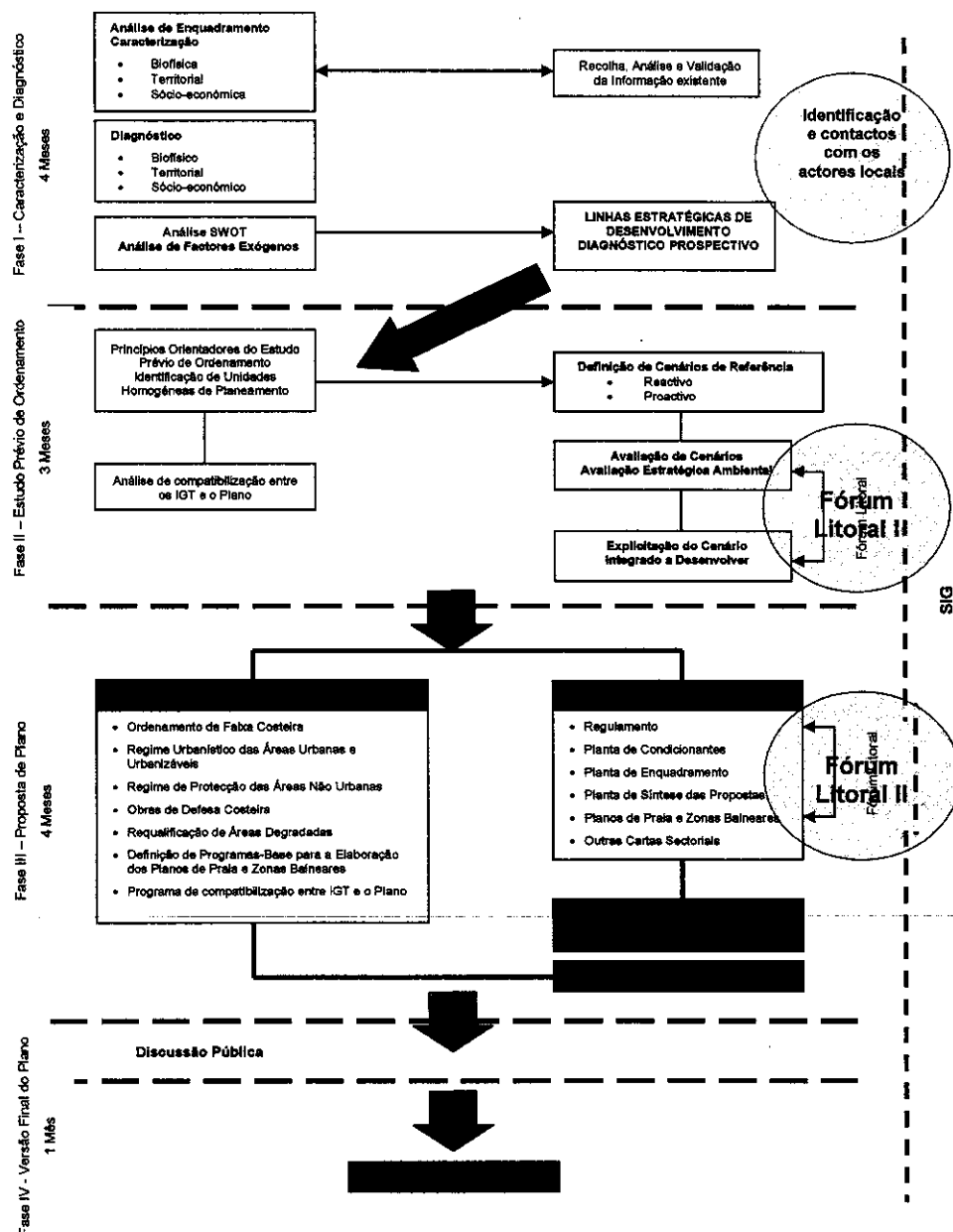


Figura 1. Metodologia de Elaboração do Plano.

Além da informação disponibilizada em relação ao Plano, existia a possibilidade de se enviarem comentários através de uma ficha de participação que, em moldes convencionais, convidava os participantes a enviar comentários ou colocar questões sobre o Plano. Em paralelo foi criado um Fórum permanente de discussão onde todos os interessados se puderam registar e, de forma interactiva, enviar comentários ou mesmo discutir opiniões enviadas



por outros membros. Pretendeu-se assim criar um dinamismo e transparência onde o acesso à informação era claro, bem como as reacções em relação ao andamento dos trabalhos (Figura 2).

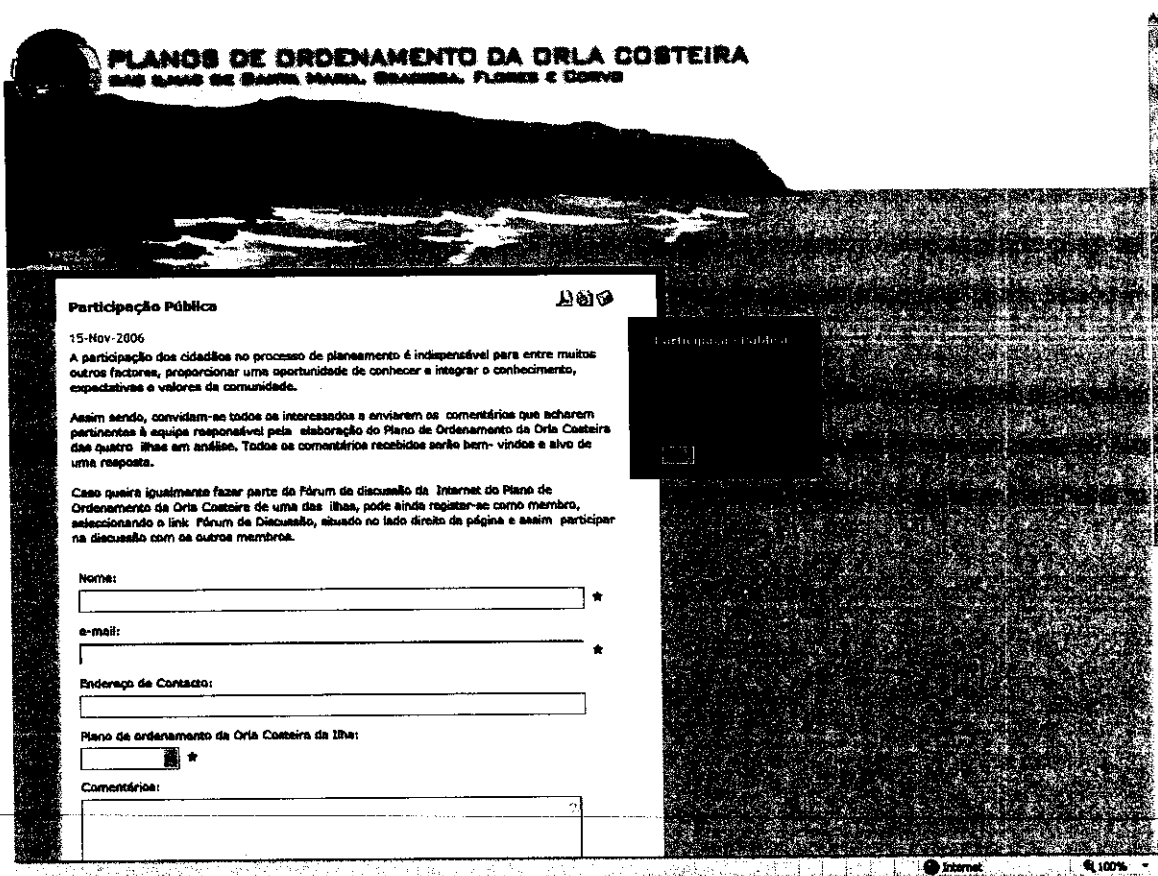


Figura 2. Plataforma Web criada para a Participação Pública.

De forma a ser conduzido de maneira mais independente, todo o processo foi coordenado por um elemento que só teve como função a dinamização e coordenação do processo de Participação Pública, não tendo qualquer tipo de intervenção nas outras etapas de elaboração do Plano. Todas as reuniões públicas foram conduzidas por este elemento que também contou com a presença de coordenadores da equipa responsável pela elaboração do Plano, para darem conta do andamento dos trabalhos, prestar todos os esclarecimentos e responder a dúvidas e questões que os elementos do Fórum acharam pertinentes.





A Plataforma Web, convidava os seus utilizadores a registarem-se de forma a poderem receber informação sobre o andamento dos trabalhos, nomeadamente os anúncios de realização das sessões de Participação Pública. Decorrendo simultaneamente com a realização dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira das ilhas de Santa Maria, Graciosa, Flores e Corvo, e embora fosse pedido explicitamente que o fizessem, a maior parte dos utilizadores registados não fez uma opção por nenhuma das 4 ilhas, optando por receber informação sobre todas.

No final da elaboração dos planos, antes da fase de Discussão Pública estavam registados 74 utilizadores no Fórum de Discussão dos Planos de Ordenamento das ilhas de Santa Maria, Graciosa, Corvo e Flores. Em relação ao Plano da Ilha Graciosa não foram colocadas questões específicas por parte de nenhum dos utilizadores.

Como factor de divulgação foram feitos mais de 200 folhetos (Figura 3), distribuídos pela Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa e Serviços Regionais de Ambiente, que pretendiam não só chamar a atenção para a elaboração do Plano, mas também servir de veículo de informação sobre os objectivos de um Plano desta natureza.

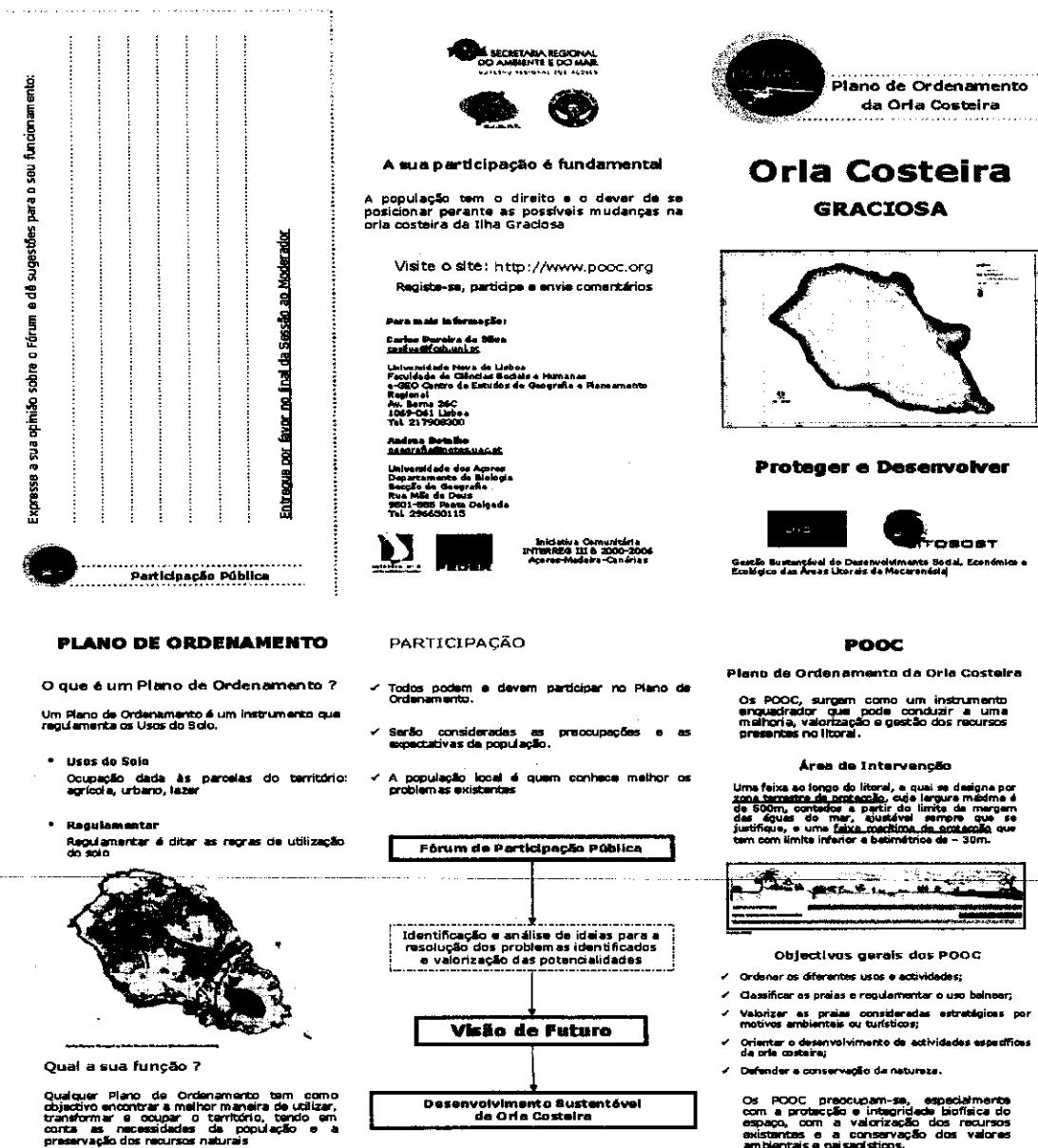


Figura 3. Folhetos distribuídos para a Participação Pública.

Finalmente, foram produzidos posters em formato A3 (Figura 4), que serviram para publicitar as reuniões do Fórum, que foram afixados em locais públicos nos dias anteriores à realização das sessões, de forma a possibilitar, em conjunto com contactos telefónicos e correio electrónico, a mobilização do maior número de pessoas possível.



Figura 4. Poster de publicitação da 2ª Sessão do Fórum Litoral.

3.2 – FASEAMENTO

Como referido anteriormente, a Participação Pública esteve presente em 3 das 4 fases de elaboração do Plano com objectivos diferentes em cada uma delas.

- Fase I – Caracterização e Diagnóstico da Situação Actual
Identificação e contacto com as entidades e indivíduos passíveis de integrar o Fórum de cada uma das ilhas.
- Fase II – Estudo Prévio de Ordenamento
1ª Reunião do Fórum em cada uma das ilhas.



- Fase III – Proposta de Plano

2ª Reunião do Fórum em cada uma das ilhas e Discussão Pública.

3.2.1 – Identificação e contactos com os actores locais

Esta etapa decorreu na **Fase I do Plano** (Caracterização e Diagnóstico da Situação Actual) tendo-se efectuado a identificação preliminar dos interesses (grupos ou indivíduos que podiam afectar a gestão e as decisões a tomar). Durante todo o trabalho de campo, que decorreu no mês de Julho, de 2006, foram contactados os agentes e entidades passíveis de integrar o Fórum do Litoral Graciosa. Foram ainda conduzidas entrevistas, que permitiram conhecer as diferentes sensibilidades envolvidas bem como as posições em relação às questões ligadas ao Ordenamento da Orla Costeira.

Nesta fase, em relação à Ilha Graciosa, foram identificados 60 agentes e entidades que foram contactados na sua maioria, para auscultar a sua opinião sobre os problemas e expectativas da Orla Costeira. Posteriormente, estes contactos, foram também utilizados na altura dos fóruns para mobilização dos cidadãos.

Tabela 1. Agentes e Entidades identificados na Ilha Graciosa.

Agentes identificados na Ilha Graciosa
Gracipescas - Actividades Marítimas
Almerinda Elisabete Oliveira – Diving Graciosa
Delegação Marítima de Santa Cruz da Graciosa
Estado Maior da Armada
Nelly Correia Brasil Vasconcelos Bettencourt & Filha, Lda
Via Graciosa-Âgencia de Viagens e Turismo, Lda
Agencia de Viagens TurAngra
Associação de Agricultores da Graciosa
Casa do Povo da Luz
Associação de Desportos da Ilha Graciosa
Casa do Povo de Praia
Associação Cultural Desportiva Recreativa da Graciosa
Associação dos Pescadores Graciosenses
Associação de Artesãos da Ilha Graciosa
Corpo Nacional de Escutas-Agrupamento 585
Grupo Desportivo Mocidade Praiense
Agrupamento Nacional de Escutas
Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto

(cont.)



Tabela 1. Agentes e Entidades identificados na Ilha Graciosa (cont.)

Agentes Identificados na Ilha Graciosa
Liga dos Combatentes
Casa do Povo de Guadalupe
Sata Air Açores-Serviço Açoreano de Transportes Aéreos EP
Bombeiros Voluntários de Ilha Graciosa
Município de Santa Cruz da Graciosa
Centro Cultural da Ilha Graciosa
Clube Naval da Ilha Graciosa
Gracidomus-Sociedade Construção Civil, Lda
Alexandrino Veríssimo Silva
Tecnovia-Açores,Sociedade de Empreitadas, S.A.
Edifer - Construções Pires Coelho & Fernandes, S.A.
Escola Básica e Secundária da Graciosa
Centro de Saúde de Santa Cruz da Graciosa
Gracitur-Sociedade de Investimentos Turísticos da Graciosa SA
Residencial Santa Cruz
Residencial Ilha Graciosa
Residencial Mira Mar
Bensaúde, S.A.
Santa Casa da Misericórdia da Vila da Praia da Graciosa
Assembleia Regional dos Açores
Junta de Freguesia de Santa Cruz
Junta de Freguesia de Guadalupe
Junta de Freguesia de Luz
Junta de Freguesia de São Mateus
Centro Social Paroquial Nossa Senhora Luz Graciosa
Lotaçor-Serviço de Lotas dos Açores, S.A.
Instituto de Meteorologia IP
Peixefrio-Comércio de Produtos Alimentares, Lda
PS Graciosa
APTG-Administração dos Portos da Terceira e Graciosa, S.A.
Rádio Graciosa
Rent-A-Car-Graciosa, Lda
Medina & Filhos
António Laudalino B. Furtado
Instituto de Ação Social
Sindicato dos Pescadores das Ilhas Terceira Graciosa e São Jorge
Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores
Sindicato dos Professores da Região Açores
Empresa de Transportes Colectivos da Ilha Graciosa, Lda
Atlânticoline, S.A.
Boina de Vento-Móinho Turismo Rural, Lda



3.2.2 – Fórum do Litoral I

O I Fórum do Litoral da Graciosa efectuou-se na **Fase II do Plano** (Estudo Prévio de Ordenamento) realizou-se no dia 25 de Fevereiro de 2007, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa. Esta primeira sessão centrou-se nos representantes de alguns grupos de interesse (actores locais), informando-os da elaboração do plano, esperando posteriormente que fossem eles próprios veículos de divulgação. Foram convidadas sessenta entidades/actores locais identificados, tendo comparecido 8 elementos. A sessão teve início às 14.45h e foi finalizada pelas 17.15h, tendo uma duração de 2h e 30 minutos.

Para além de informar os agentes sobre o plano, nesta sessão foram aplicadas metodologias que permitissem criar um grau de interactividade com os participantes de forma a recolher o maior número possível de perspectivas da realidade local por quem a vive mais de perto. Assim, começou-se por explicar de forma breve o que é o Plano, os seus objectivos gerais, a organização e toda a informação existente até então, bem como, apresentar o Fórum, os seus objectivos e a sua forma de funcionamento.

A participação propriamente dita, decorreu de forma livre e informal permitindo identificar aspirações, problemas, potencialidades, obstáculos, não só de forma genérica mas sempre que possível espacializando as questões através da utilização de mapas.

Por último, tentou-se chegar a consensos, hierarquizando as questões abordadas, delineando as principais conclusões da sessão de forma a transmiti-las à equipa.

De acordo com o explicitado na metodologia, a estrutura das sessões estava dividida em 6 pontos:

1. Importância da Participação Pública;
2. A Participação Pública no respectivo Plano de Ordenamento da Orla Costeira;
3. O enquadramento do Plano de Ordenamento da Orla Costeira;
4. Apresentação do Diagnóstico Sectorial da 1ª Fase;
5. Visão de Futuro;
6. Validação de Ideias-chave.

No que diz respeito à efectiva participação foram os pontos 5 (Visão de Futuro) e 6 (Validação de Ideias-chave) que exigiram uma acção mais efectiva dos participantes. Para o ponto 5 foi pedido aos participantes que indicassem a



sua visão da ilha, sendo para isso questionados sobre as mudanças registadas na ilha, nos últimos 20 anos, o que achavam que iria mudar nos próximos dez anos e o que gostariam que mudasse (Tabela 2).

Tabela 2. Visão da Ilha Graciosa.

Mudanças últimos 20 anos	Mudanças Futuras	Mudanças desejadas
Melhoria da Qualidade de Vida	Mais Turismo	Mais Turismo
Acessibilidades	Perda e envelhecimento da população	Melhores Transportes
Agricultura		Mais fixação dos jovens

Existe nesta ilha uma percepção generalizada de acessibilidades pobres, que em grande parte é responsabilizada pelas dificuldades de desenvolvimento da ilha, penalizando não só os turistas que a procuram, mas sobretudo os residentes que tem de se deslocar a outras ilhas à procura de serviços mais especializados. Não obstante é consensual o registo de uma melhoria generalizada da qualidade de vida, em parte resultante também das melhorias registadas no sector agrícola fruto de subsídios da União europeia.

A perspectiva de futuro para a ilha revela um misto de esperança e resignação, com um aumento do turismo, mas que não deverá ser suficiente para estancar a saída da população jovem da ilha, um dos problemas principais detectados e estrangulador de um desenvolvimento futuro.

Assim parece lógico esperar que as mudanças desejadas para o futuro sejam a melhoria dos transportes, que permita atrair o turismo, favorecendo os movimentos centrípetos e assim cortar os movimentos centrífugos da população mais jovem para fora da ilha desvitalizando-a.

Enquadrada ainda nesta visão de futuro foi solicitado aos presentes que num mapa fossem indicados os locais mais e menos atractivos da ilha, bem como o local preferido para residir, de forma a espacializar as áreas mais valorizadas e problemáticas (Figura 5).



Figura 5. Locais mais atractivos (Verde), mais problemáticos (laranja) e preferidos para residir (azuis) na Ilha Graciosa.

Registou-se uma grande concentração de locais atractivos junto da costa, o que revela grandes potencialidades mas também, alguns problemas. Destaca-se aqui o Carapacho, a Praia e Santa Cruz da Graciosa. Os locais mais problemáticos estão associados a uma dinâmica construtiva, em áreas com erosão ou ainda à presença de locais não ordenados de deposição de resíduos responsáveis pela desqualificação ambiental e paisagística.

Por fim, os participantes foram convidados a indicar o que consideravam ser os 3 pontos mais positivos e os 3 mais negativos na sua ilha (Tabela 3).

Tabela 3. Pontos Positivos e Negativos Apontados.

Pontos Positivos	Pontos Negativos
Paisagem	Transportes
Segurança	Lixos
Património Natural	Perda de População
	Oferta Turística



Mais uma vez resulta a grande valorização que é feita pelos participantes ao património natural, que conjugada com a segurança e tranquilidade permitem oferecer condições ímpares em relação a outros destinos turísticos. Porém este facto não é apenas valorizado na óptica de atracção turística, mas também como aspecto central para a qualidade de vida dos residentes, o que é muito valorizado. Nos aspectos negativos vamos, mais uma vez, encontrar a questão dos resíduos, os transportes e também a fraca oferta turística que pode também condicionar a procura deste destino.

No final da sessão, para concluir, foram apresentadas várias frases-chave, retiradas da fase de caracterização e diagnóstico, que foram validadas na sua quase totalidade pelos participantes. Apontaram-se algumas imprecisões que foram bastante importantes para acertar o quadro de referência e assim partir de uma base sólida para a fase de propostas de intervenção.

Os resultados obtidos, na primeira sessão, atingiram os objectivos pretendidos. Toda esta informação foi, como previsto, transmitida à Coordenação do Plano que a teve em consideração na elaboração das fases subsequentes.

3.2.3 – Fórum do Litoral II

Na Fase III da elaboração do Plano (Proposta de Plano) decorreu a segunda sessão do Fórum Litoral da Graciosa (5 de Julho de 2007), no Auditório Cultural de Santa Cruz da Graciosa, onde foram apresentadas e discutidas as orientações prévias em termos de ordenamento da área de intervenção, com base no cenário de desenvolvimento adoptado, bem como as propostas de Zonas Balneares.

Durante esta sessão foi distribuída uma ficha de participação (Figura 6), que permitiu ter também a sensibilidade da população presente sobre alguns dos aspectos que a equipa pretendia validar. Esta segunda sessão contemplava toda a população, não se focando apenas nos agentes como tinha acontecido na primeira. Assim pareceu de grande importância recolher informação, que também já tinha sido tratada no primeiro Fórum, para confrontar pontos de vista e perceber se as estratégias que estavam a ser seguidas, pela equipa do plano, estavam de acordo com as preocupações gerais.

Em relação ao primeiro Fórum a informação fornecida foi mais detalhada e as opiniões centraram-se na orla costeira e não de uma forma genérica por toda a ilha como aconteceu na primeira sessão.



II Fórum do Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Graciosa

Auditério do Centro Cultural

5 de Julho de 2007
20.30h

A Participação de todos é importante. Por favor, respondendo ao inquérito de forma a contribuir para a sua melhoria, sobre alguns aspectos importantes para o Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Graciosa.

1. Qual é, na sua opinião, o principal problema da Orla Costeira da Graciosa?

2. Qual é a área da Orla Costeira da Graciosa que considera ter mais problemas? Porquê?

3. Como classifica as seguintes questões no que diz respeito à ilha da Graciosa?

(1- Nada importante, 2- Pouco importante, 3- Não sabe, 4- Importante, 5- Muito importante)

Questões	1	2	3	4	5
Transportes					
Oferta Turística					
Envelhecimento da População					
Parques					
A Tranquilidade					
O Desenvolvimento do Turismo					



4. Qual a sua opinião em relação à importância das seguintes objectivos do POOC da ilha da Graciosa.

(1- Nada importante, 2- Pouco importante, 3- Não sabe, 4- Importante, 5- Muito importante)

OBJECTIVOS	1	2	3	4	5
Procurar uma alternativa para o destino das REU (considerar o aproveitamento do espaço existente).					
Recuperar locais de degradação paisagística por ampliação de áreas verdes.					
Requalificar zonas para a implantação de novas edificações e equipamentos.					
Realizar estudos de intervenção para zonas de risco.					
Minimizar o risco geológico e promover a intervenção em áreas prioritárias.					
Definir a preservação do património natural, em especial as zonas protegidas.					
Realizar os estudos de paisagem com intervenções paisagísticas.					
Recuperar as áreas de várzea como zonas de potencial paisagístico.					
Requalificar as zonas urbanas.					
Requalificar as zonas urbanas.					
Preservar o carácter das lagoas costeiras e zonas de dunas.					
Alinhar os estudos existentes entre os planos de ordenamento da Orla Costeira.					
Recuperar a oferta dos serviços a diversos níveis (minimização de riscos, segurança, etc.).					

5. Qual é, na sua opinião, a medida mais urgente a tomar no que diz respeito ao ordenamento da Orla Costeira da Graciosa?

6. Comentários/Sugestões:

7. Identificação:

Nome: _____

Idade:

Menos de 18 anos _____ 19-25 _____ 26-35 _____ 36-45 _____ 46-55 _____ 56-65 _____ + 65 _____

Freguesia de Residência:

Profissão:

Obrigado pela colaboração

Figura 6. Ficha de Participação distribuída no Fórum II na Ilha Graciosa.



Estiveram presentes na sessão do fórum 13 elementos. A sessão teve a duração de 1h e 50 minutos, tendo sido iniciada pelas 21.00h e terminada às 22.50h.

A estrutura da sessão estava dividida em 5 pontos:

1. Importância da Participação Pública;
2. Os resultados obtidos no Fórum I;
3. Cenários de desenvolvimento propostos no Plano;
4. Fundamentos da escolha do cenário Pró-Activo;
5. Validação de Propostas.

No que diz respeito à efectiva participação foram os pontos 3, 4 e 5 que exigiram uma acção mais efectiva dos participantes. Depois de terem sido confrontados com os resultados obtidos no fórum, foram apresentadas e justificadas as primeiras propostas do plano, incluindo os cenários de desenvolvimento e as propostas para as Zonas Balneares, de forma mais detalhada, o que permitiu dar uma visão mais concreta da realidade futura.

No final foram validadas as propostas apresentadas, procurando consensos e auscultando as críticas e sugestões em relação a elas.

Os resultados obtidos permitiram perceber que os pontos estratégicos definidos pela equipa iam ao encontro do sentimento geral em relação aos problemas e soluções encontradas.

Na ficha distribuída na sessão, foi possível apurar como principais resultados os apresentados na Tabela 4.

Tabela 4. Principal problema da Orla Costeira da Ilha Graciosa.

Principal Problema da Orla Costeira da Ilha Graciosa
Lixo
Construções
Erosão



A erosão em alguns trechos litorais e a deposição de resíduos de forma não ordenada, são os problemas mais percebidos (Tabela 5), que em conjunto com a pressão imobiliária podem por em causa as qualidades ambientais existentes. Mais importante é o facto de se assistir a uma dinâmica que pode vir a agravar as condições futuras.

Tabela 5. Área da Orla Costeira da Ilha Graciosa com mais problemas.

Área da Orla Costeira da Ilha Graciosa com mais problemas
Carapacho
Fenais
Portela

A espacialização dos problemas revelou os locais de maior pressão imobiliária e de localização das lixeiras, que necessitam de uma atenção particular. O caso do Carapacho é emblemático, apontado como um local de eleição para a actividade turística, até pela existência das termas, é sentimento geral que necessita de uma intervenção rápida e cuidada, para a sua valorização e protecção.

Dos objectivos do POOC a maior parte deles são considerados como Muito Importantes ou Importantes, embora se destaquem 4 como os de maior consenso (Tabela 6).

Tabela 6. Objectivos do POOC para a Ilha Graciosa.

Objectivos do POOC para a Ilha Graciosa
• Procurar uma alternativa para o destino dos resíduos sólidos urbanos (considerar o encerramento de algumas lixeiras); • Promover o reforço das ligações com as outras ilhas do Grupo Central; • Requalificação das Zonas Balneares; • Incentivar a oferta dos serviços a diversos níveis (animação turística, comércio) saneamento e indústria extractiva.

Existiu uma satisfação generalizada com a decisão do POOC de apontar o sector do turismo como estratégico, nomeadamente através da requalificação das Zonas Balneares e melhoria dos serviços. Por outro lado a ideia de acentuar a necessidade de resolver o problema dos resíduos é encarada como uma oportunidade para finalmente



resolver este grave problema, que resulta de uma falta de consciencialização ambiental, não obstante alguns esforços feitos pelos serviços municipais e regionais.

3.3 – CONCLUSÃO

A Participação Pública é cada vez mais importante ao nível dos processos de planeamento, porém exige perseverança e continuidade no tempo e no espaço. Se em áreas onde estes processos estão mais consolidados a mobilização é por vezes difícil, no caso da Ilha Graciosa, onde estas questões são relativamente novas, existiu realmente alguma resistência à participação da população de forma geral, quer por falta de motivação quer por falta de tradição. Porém deve ser salientado o entusiasmo da participação, onde a duração das sessões rondou sempre as 2 horas, mesmo da agendada para um domingo à tarde.

Assim em função de tudo o que foi referido os aspectos positivos decorrentes do processo de Participação Pública atingiram em larga escala os objectivos inicialmente pretendidos, justificando não só a sua inclusão no Plano, mas também a sua aplicação em situações futuras.



4. DISCUSSÃO PÚBLICA: Participações

A metodologia utilizada na análise das participações apresentadas na fase de Discussão Pública do POOC, que decorreu entre 3 de Dezembro de 2007 a 15 de Dezembro de 2008, consistiu nos seguintes passos fundamentais:

1. **Identificação do participante**, nomeadamente o nome, morada e contacto (telefónico ou electrónico), para posterior envio da resposta à participação apresentada;
2. **Enquadramento legal da participação**, de acordo com o artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de Setembro, que estipula as tipologias de participações possíveis, nomeadamente:
 - a) a desconformidade com outros instrumentos de gestão territorial eficazes;
 - b) a incompatibilidade com planos, programas e projectos que devessem ser ponderados em fase de elaboração;
 - c) a desconformidade com disposições legais e regulamentares aplicáveis;
 - d) a eventual lesão de direitos subjectivos.
3. **Tipologia da participação**, identificando o seu carácter, nomeadamente:
 - a) Sugestão;
 - b) Observação;
 - c) Reclamação;
 - d) Pedido de esclarecimento.
4. **Comentário/sugestão**, síntese da participação apresentada, relevando as propostas de alteração sugeridas.
5. **Resposta**, de acordo com o comentário /sugestão é elaborada uma resposta à participação.

Após a sistematização da informação, segundo os parâmetros acima descritos, foi possível iniciar a análise dos resultados das participações apresentadas.



5. PONDERAÇÃO DAS SUGESTÕES / RECLAMAÇÕES

Em conformidade com a legislação em vigor, a entidade pública fica obrigada à resposta fundamentada perante os particulares/entidades públicas ou privadas.

Durante o período de Discussão Pública estiveram disponíveis para consulta os documentos mencionados no ponto 1 do presente relatório. As participações resultaram da consulta *in situ* destes documentos, para além de se encontrarem disponíveis na página de internet do Governo Regional, nomeadamente na da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar. Da Sessão Pública efectuada na Ilha Graciosa a 13 de Dezembro de 2007, onde estiveram presentes os elementos da Comissão Executiva do POOC para além de alguns dos elementos da Equipa Técnica do POOC, tendo sido efectuada uma breve apresentação sobre a proposta do Plano. Desta sessão não resultou nenhuma participação. No entanto, no decorrer do período de discussão pública foram recepcionadas algumas participações, duas resultantes de envio por correio electrónico e as restantes três enviadas por entidades públicas e privadas para a Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos, prefazendo um total de cinco participações.

Contribuíram para o processo de discussão pública a Agência para a Promoção do Investimento dos Açores (APIA), que apresenta uma intervenção de carácter diversificado, com o objectivo de incentivar a abertura da Região a novos mercados, para além da Junta de Freguesia de São Mateus (Praia, Graciosa), da Tecnovia - Sociedade de empreitadas S. A. e de dois particulares (Anexo I).

No que diz respeito às participações recepcionadas, verificou-se que a origem das mesmas não se resume apenas à ilha da Graciosa, mas também a São Miguel, nomeadamente a APIA e a Tecnovia.

As participações abordam diversas áreas temáticas:

- Zonas balneares (Praia; Piscina do Carapacho);
- Planta de Condicionantes e de Síntese – exploração de inertes (pedreiras);
- Aterro de resíduos;
- Infra-estruturas de apoio às actividades agrícolas e florestais.





Perante a análise das participações apresentadas, procedeu-se à elaboração e envio das respostas às questões e opiniões colocadas pelos participantes.

Das cinco participações apresentadas, nenhuma continha argumentação que resultasse na necessidade de alteração significativa da versão final do Plano, no entanto, foram efectuadas algumas rectificações apontadas por alguns dos participantes.

Considera-se que o processo de Discussão Pública foi muito positivo uma vez que proporcionou mais um momento de interacção entre os participantes e a Equipa do Plano, vindo a enriquecer e consolidar a fase final de elaboração do POOC.





6. SÍNTESE DAS ALTERAÇÕES REALIZADAS AO PLANO

As principais alterações efectuadas nos POOC decorrentes do processo de Discussão Pública, são apresentadas em seguida.

Da participação pública da Tecnovia resultou uma alteração ao nível da Planta de Síntese e de Condicionantes no que diz respeito à delimitação da área de aterro (reajuste da Reserva Ecológica Regional). A participação da APIA conduziu à alteração do regulamento no n.º 2 dos artigos 24º e 25º, viabilizando a possibilidade de construção de infra-estruturas de apoio às actividades agrícolas e florestais reconhecidas como imprescindíveis à viabilidade económica dos projectos, desde que os mesmos tenham sido classificados como de Interesse Regional.



ANEXO

Lista de participantes no processo de Discussão Pública



Lista de participantes no processo de Discussão Pública

- Agência para a Promoção do Investimento dos Açores;
- Tecnovia - sociedade de empreitadas S. A.
- Junta de Freguesia de São Mateus (Praia; Graciosa);
- Presidente da Junta de Freguesia de São Mateus;
- João Manuel Lourenço da Silva;
- Alexandre Medeiros de Andrade Albuquerque.

